



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

SÁLVIA KAREN DOS SANTOS ELIAS

**FORMAÇÃO POLÍTICA DO MST:
uma educação para além do capital**

**MARIANA-MG
2018**

SÁLVIA KAREN DOS SANTOS ELIAS

**FORMAÇÃO POLÍTICA DO MST:
uma educação para além do capital**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.
Área de Concentração: Ciências Sociais Aplicadas.
Orientadora: Prof.^a Me. Raquel Mota Mascarenhas.

**MARIANA-MG
2018**

E424f Elias, Sálvia Karen dos Santos.
Formação política do MST [manuscrito]: uma educação para além do capital /
Sálvia Karen dos Santos Elias. - 2018.

60f.:

Orientadora: Profª. MScª. Raquel Mota Mascarenhas.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de
Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e
Serviço Social.

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Brasil) - Teses. 2.
Educação - Teses. 3. Ciência política - Teses. I. Mascarenhas, Raquel Mota. II.
Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 316.3

**FORMAÇÃO POLÍTICA DO MST:
uma educação para além do capital**

SÁLVIA KAREN DOS SANTOS ELIAS


ORIENTADOR (A): Raquel Mascarenhas

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Serviço Social da
Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

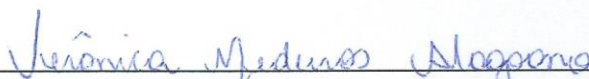
Aprovado em: 07/12/2018




Prof.^a Me. Raquel Mota Mascarenhas
(Orientadora)



Prof.^a Dr.^a Kathiúça Bertollo
(Membro da banca)



Me. Verônica Medeiros Alagoano
(Membro da banca)



Prof. Me. Fábio Boscaglia Pinto
(Membro da banca)

Dedico esse trabalho às trabalhadoras e trabalhadores do MST e aos sujeitos que lutam por uma sociedade mais justa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar às trabalhadoras e trabalhadores do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra pela inspiração e por acreditarem em um modo de vida alternativo dentro da ordem societária vigente, que mesmo em meio a tantas perseguições e retrocessos, não desistem da luta.

Agradeço a minha mãe, Dona Efigênia, que desde sempre me apoiou e me incentivou a estudar, porque pra ela o aprendizado é a única coisa que levamos da vida.

Agradeço aos meus amigos de BH, Luana, Aline, Jordana, Júnior e de Mariana, Lili, Renan, Bruna e Ligian, que nos momentos de caos sempre me apoiaram e agora podemos juntos celebrar mais essa conquista.

Agradeço a minha companheira, Viviane Queiroz, pela paciência, pelo companheirismo e por acreditar em mim.

Agradeço a minha orientadora Raquel Mascarenhas pela troca, pelo aprendizado e pelo afeto.

Agradeço a Universidade Federal de Ouro Preto pelos 4 anos de boas experiências.

*Se a educação sozinha não transforma a sociedade,
sem ela tampouco a sociedade muda.
Paulo Freire*

FORMAÇÃO POLÍTICA DO MST: uma educação para além do capital

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo conhecer sobre a práxis educativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O MST enquanto movimento atua não apenas na luta pela reforma agrária, mas também por uma sociabilidade mais justa. Ele tem atuado na escolarização e formação dos sujeitos nas escolas de assentamentos e acampamentos, colaborando diretamente no processo de conscientização de seus integrantes, o que fortalece a educação no campo ao mesmo tempo que auxilia na permanência do sujeito em seu lugar de origem. Considera-se, portanto, que a práxis educativa do MST abrange a formação humana, sendo parte de um projeto maior de educação popular e de compreensão do movimento social como sujeito pedagógico fundamental na formação da consciência dos sujeitos. A educação no MST é uma alternativa de enfrentamento ao capital, pois visa a emancipação humana, autonomia política e ideológica através da formação política dos seus quadros.

Palavras-chave: MST, educação, emancipação humana, formação política.

POLITICAL FORMATION MST: education beyond capital

ABSTRACT: The present work to know about educational praxis Landless Rural Workers Movement (MST). The MST as movement acts not only in struggle agrarian reform, but also fairer sociability. He has acted in schooling and training subjects schools settlements and camps, collaborating directly process awareness its members, which strengthens education in field while helping permanence subject its place origin. It is considered, therefore, the educational praxis MST encompasses human formation, being part a larger popular project education and understanding social movement as fundamental pedagogical subject formation subjects consciousness. Education MST is an alternative facing the capital, because it human emancipation, political and ideological autonomy through political training its staff.

Key words: MST, education, human emancipation, political formation.

LISTA DE SIGLAS

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

ENFF – Escola Nacional Florestan Fernandes

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNDEP – Fundo de Desenvolvimento, educação e pesquisa

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITERRA - Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária

MASTER – Movimento de Agricultores Sem Terra

MASTRO – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste

MRAM – Modelo de Reforma Agrária de Mercado

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDS – Partido Democrático Social

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	<u>14</u>
2 FORMAÇÃO SOCIAL E A LUTA PELA TERRA NO BRASIL	17
2.1 PARTICULARIDADES DO CAPITALISMO BRASILEIRO	<u>17</u>
2.2 A <i>TERRITORIALIZAÇÃO</i> DO MST	<u>26</u>
2.3 TERRA E LUTA ANTICAPITALISTA	<u>34</u>
3 OS FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA FORMAÇÃO POLÍTICA DO MST	<u>37</u>
3.1 A <i>FORMAÇÃO</i> DO MST	<u>37</u>
3.2 FUNDAMENTOS DO TRABALHO DE BASE	<u>39</u>
3.2.1 Primeira Fase.....	<u>39</u>
3.2.2 Desenvolvimento.....	<u>44</u>
3.2.3 Passos Atuais.....	<u>49</u>
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	<u>58</u>
REFERÊNCIAS	60

1 INTRODUÇÃO

O tema dessa pesquisa gira em torno do debate acerca do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que é considerado um dos maiores movimentos sociais da América Latina. Em sua trajetória, desde sua fundação na década de 1980 no Brasil, é criminalizado e difamado pela grande mídia, mas, mesmo sendo considerado apenas um grupo de “excluídos”, se consolidou e tem lutado contra a hegemonia do sistema capitalista, a partir da defesa pela *reforma agrária* no país.

O MST, portanto, constrói-se enquanto movimento social em um território que, desde o século XVI com a invasão portuguesa, é marcado por luta pela terra. Logo, tal disputa é central no entendimento da *formação social* do país, cujo constructo contemporâneo consiste na grande concentração fundiária direcionada ao agronegócio. Isto é, tanto a questão agrária, quanto a questão agrícola, são centrais para o entendimento do Brasil, sendo que

(...) a questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças da produção em si mesma: o que se produz, onde se produz e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas relações sociais e trabalhistas na produção: como se produz, de que forma se produz (SILVA, 1980, p. 4).

Desse modo, é incontornável compreender a processualidade da luta pela terra no território brasileiro, principalmente, no marco das relações capitalistas de produção. Uma vez que trata-se da expansão e consolidação do modelo industrial no campo, culminando na acentuação dos conflitos e, logo, na expulsão, quando não aniquilação, do campesinato, indígenas, ribeirinhos, etc. de suas terras.

Em contraponto, o MST defende e luta pela reforma agrária, por entender que se trata de uma das formas de romper com a grande apropriação de terras por parte de uma minoria, para que, assim, os trabalhadores rurais possam colher os frutos do seu próprio trabalho. Uma vez que o modelo agroindustrial, focado na obtenção de lucro, beneficia apenas as grandes empresas e jamais os pequenos agricultores.

Diante o exposto, cabe esclarecer que o interesse por esse tema tem início com o ingresso no curso de Serviço Social na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Nesse, foi possível a compreensão da dinâmica que sustenta o sistema capitalista, centrada na propriedade privada dos meios de produção e imerso na constante luta de classes – de um lado a burguesia, que detém os meios de produção, e, do outro, o proletariado, que detém a força de trabalho. Em particular, a disciplina de Classes e Movimentos Sociais, oportunizou a

elaboração do seminário sobre o MST, fazendo surgir um conjunto de inquietações e a vontade de aprofundar sobre o tema. Tal anseio culminou na inserção no projeto de Iniciação Científica “O MST e a luta pela terra na Região Inconfidentes”, sendo possível assim avançar nos estudos sobre o movimento.

Diante desse percurso, um conjunto de perguntas sobre o MST se colocam como propostas para o desenvolvimento desse trabalho de conclusão de curso, mas todas elas convergem para a discussão sobre a educação enquanto processo organizativo no interior do movimento. Nesse sentido, tornou-se central pensar sobre “Quais os fundamentos teóricos metodológicos utilizados pelo MST para a formação política de seus quadros?”

Isso porque, de acordo com Geraldo Gasparin, do setor de formação do MST, “A formação política sempre foi uma prioridade para o MST em todo seu histórico de construção, pois cria condições de emancipação humana, autonomia política e ideológica”. Nesse sentido, esclarece Luiz Felipe Albuquerque, da página do MST, que “além de lutar, o MST tem em mente que para construir uma sociedade mais justa é preciso que os militantes e a base estudem”, tendo estabelecido que 2015 seria “o ano da formação política do Movimento e da batalha das ideias” (ALBUQUERQUE, 2018).

O Movimento, portanto, prioriza a formação política dos seus quadros, além de incentivar e contribuir para que outras organizações o façam. Para tal, tem-se que o *trabalho de base* é meio fundamental, portanto, constituinte do MST, mas que é distinto do *trabalho popular*. Isto é, de acordo com o Caderno de Formação do MST n.º 24, entende-se que

o trabalho popular é um trabalho político, de organização e conscientização feito nas comunidades, vilas, etc., com o intuito de resolver os problemas, tanto dos moradores como dos trabalhadores. Já o trabalho de base é considerado o trabalho feito com os membros de uma organização, ou seja, é o trabalho feito com as pessoas que sustentam uma organização (MST, 1997, p. 10).

Tendo em vista essa problematização, entende-se que a temática de estudo apresenta importância social, visto que o movimento vislumbra, além da obtenção de terra, a reforma agrária e o socialismo. Logo, se põe contra as injustiças, advindas das relações de exploração e dominação do modo de sociabilidade capitalista. Para isso, busca a educação para além do capital, a fim de construir formas de enfrentamento ao sistema que vivemos. Isto é, objetiva formar sujeitos políticos que deem continuidade a luta anticapitalista. Em suma, a relevância desse trabalho é compreender a práxis educativa do MST, buscando refletir acerca

das suas dimensões teórico-metodológicas e sua potencialidade para orientação da atividade humana.

Destaca-se ainda a relevância científica desse estudo, principalmente para a área do Serviço Social, tanto para a formação acadêmica, quanto para a prática profissional, uma vez que reflete acerca de um movimento social. Isso porque a assessoria a movimentos sociais é uma das competências profissionais do Assistente Social, conforme dispõe a Lei 8.662, de 07 de Junho de 1993, em seu Art. 4º, inciso IX: “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” (BRASIL, 2012, p.45). Entretanto, a assessoria aos movimentos sociais deve se dar de forma a potencializar o processo de organização sócio-política, com o objetivo de fortalecer a autonomia dos sujeitos e para que os mesmos façam valer os seus direitos, como define Matos (2018, p. 5):

[...] definimos assessoria/consultoria como aquela ação que é desenvolvida por um profissional com conhecimentos na área, que toma a realidade como objeto de estudo e detém uma intenção de alteração da realidade. O assessor não é aquele que intervém, deve, sim, propor caminhos e estratégias ao profissional ou à equipe que assessora e estes têm autonomia em acatar ou não as suas proposições. Portanto, o assessor deve ser alguém estudioso, permanentemente atualizado e com capacidade de apresentar claramente as suas proposições.

Desse modo, ratifica-se o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, Resolução CFESS n.º 273/93, de 13 março 1993, que prevê, em seu Art. 13, inciso c, como dever do assistente social nas relações com entidades da categoria e demais organizações da sociedade civil: “respeitar a autonomia dos movimentos populares e das organizações das classes trabalhadoras” (BRASIL, 2012, p. 35). Isto é, estima-se que essa pesquisa possa colaborar com a compreensão da processualidade da organização do MST, pois entende-se que para consolidar o trabalho profissional sem ferir a autonomia dos movimentos sociais, faz-se necessário que o Assistente Social conheça e compreenda o sujeito coletivo junto ao qual atua.

Diante o exposto, tendo em vista a justificativa pessoal, bem como a relevância social e científica desse tema, apresenta-se como objeto de pesquisa “os fundamentos teóricos-metodológicos utilizados pelo MST para a formação política de seus quadros”, tendo como:

Objetivo Geral:

- Identificar os fundamentos teórico-metodológicos da formação política do MST.

Objetivos específicos:

- Entender a relação entre *formação social e luta pela terra* no Brasil, observando o processo de *territorialização* do MST.
- Compreender o processo de *formação* do MST, visando identificar os *fundamentos teórico-metodológicos da formação política* do MST.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar os objetivos desse trabalho será utilizado um conjunto de procedimentos metodológicos, que incluem o método e as técnicas de pesquisa.

Em relação ao método, elegeu-se o materialismo histórico dialético, fundado por Karl Marx, que propõe analisar a sociedade capitalista em suas múltiplas determinações. Isto é,

Para Marx, o objeto da pesquisa (no caso, a sociedade burguesa) tem existência objetiva; não depende do sujeito, do pesquisador, para existir. O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável –, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto (NETTO, 2011, p.22).

É o método de pesquisa, portanto, que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visando alcançar a essência do objeto. Ou seja, o pesquisador reproduz no plano das ideias a essência do objeto investigado, sendo necessário extrair da realidade as suas múltiplas determinações.

Marx, por conseguinte, expõe que a sociedade é uma totalidade concreta constituída por totalidades de menor complexidade ou complexos sociais, onde as relações são articuladas, de forma contraditória, não linear ou etapista, através de mediações. Sendo assim, a *totalidade* “Não é um ‘todo’ constituído por ‘partes’ funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade” (NETTO, 2011, p. 56).

A *contradição*, por sua vez, se refere ao paradoxo da luta de classes antagônicas que é a base do sistema capitalista. Assim, o movimento e a mudança da história são frutos dessas contradições e a relação entre as contradições é feita através de mediações que é a passagem entre dois momentos. Como a sociedade sofre constantes transformações, isso lhe transmite um caráter contraditório, como expõe Netto (2011, p. 57):

Mas a totalidade concreta e articulada que é a sociedade burguesa é uma totalidade dinâmica – seu movimento resulta do caráter contraditório de todas as totalidades que compõem a totalidade inclusiva e macroscópica. Sem as contradições, as totalidades seriam totalidades inertes, mortas – e o que a análise registra é precisamente a sua contínua transformação.

Cada totalidade é composta de peculiaridades e para que haja uma articulação entre elas é necessário um sistema de *mediações*, que faz relação entre as totalidades citadas linhas acima, que transmite o caráter de concreto para a sociedade burguesa, como ressalta Netto (2011, p. 57):

Sem os sistemas de mediações (internas e externas) que articulam tais totalidades, a totalidade concreta que é a sociedade burguesa seria uma totalidade indiferenciada – e a indiferenciação cancelaria o caráter do concreto, já determinado como “unidade do diverso”.

Visto o método, cabe esclarecer ainda as técnicas de pesquisa utilizadas. Nesse caso, será utilizada a pesquisa exploratória, que, para Gil (2008, p.27), possui “(...) o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”.

No que tange aos dados, cabe ressaltar que a pesquisa terá caráter qualitativo, que, para Minayo (2002, p.23), diz respeito a um tipo de investigação científica que

[...] se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos, e dos fenômenos que não pode ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Além disso, será utilizada a pesquisa bibliográfica, que, de acordo com Gil (2002, p.44), “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”; portanto, observa-se que, “embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas”. Desse modo, com o objetivo de “entender a relação entre

formação social e luta pela terra no Brasil, observando o processo de *territorialização* do MST”, serão utilizados os autores Florestan Fernandes, Otavio Ianni e Ruy Mauro Marini, João Pedro Stédile (dirigente do MST), Mitsue Morissawa e Bernardo Mançano Fernandes. E, para “compreender o processo de *formação* do MST, visando identificar os *fundamentos teórico-metodológicos* da *formação política* do MST”, tem-se como referência autores como Roseli Caldart e Geraldo Gasparin (direções do Setor de Educação do MST) e Ademar Bogo (referência na organização do MST).

Diante o exposto segue, em três momentos, o relatório da pesquisa de trabalho de conclusão de curso, desenvolvida entre março e novembro de 2018. No capítulo dois, para entender o processo de luta pela terra presente no Brasil, é apresentado alguns elementos da formação social que constituiu o país, isto é, as peculiaridades do capitalismo nesse território. Em particular, nossa mirada se dá observando a luta pela terra e o processo de *territorialização* do MST. No capítulo três, abordou-se os fundamentos teórico-metodológicos que contribuem para a formação política dos quadros do MST, destacando seu processo de *formação* e os fundamentos teórico metodológicos para *formação política* de seus quadros constituintes. Para essa análise foram utilizados os Cadernos de Formação, nº 8, 24 e 38.

2 FORMAÇÃO SOCIAL E A LUTA PELA TERRA NO BRASIL

Esse capítulo tem o objetivo de destacar o processo de construção do MST no Brasil, que será dividido em três subtítulos.

No primeiro momento visa-se abordar a formação social do país, isto é, aspectos sociais, econômicos e políticos que circunscreveram a emergência do movimento na arena da luta de classes, em particular na luta pela terra.

No segundo momento, busca-se compreender o processo de *territorialização* do MST, que consiste em elencar os principais elementos históricos da emergência e expansão do movimento no território brasileiro. Por fim, o terceiro momento tem como objetivo demonstrar quais os fundamentos teórico metodológicos são utilizados para a formação política dos seus quadros.

2.1 PARTICULARIDADES DO CAPITALISMO BRASILEIRO

Emílio Sereni¹ redigiu um artigo “DE MARX A LÊNIN: a categoria de “formação econômico-social”², em que aborda a categoria marxiana de “formação social”. Nesse artigo, o autor faz um paralelo da relação existente entre *modo de produção* e *formação social*, no qual se acredita que o primeiro seria um conceito abstrato, e o segundo seria um conceito voltado ao estudo de sociedades concretas.

Segundo Sereni (2018), a expressão “formação econômico-social” é utilizada pela primeira vez nos escritos de Marx no prefácio de janeiro de 1859, em sua obra a Contribuição à Crítica da Economia Política. Ao longo do tempo essa expressão passou por algumas alterações, num primeiro momento foi identificada como “forma de sociedade” que tinha um caráter estático, logo depois foi substituída pela palavra “formação” que tem um caráter mais dinâmico. Contudo, na época em que Marx escrevia *A Ideologia Alemã*, a “formação” ou “forma de sociedade” ainda eram termos isolados, não existia uma correlação com a característica socioeconômica.

¹ Emílio Sereni (1907-1977) foi um intelectual marxista e militante do Partido Comunista da Itália (PCI).

² O artigo *Da Marx a Lenin: la categoria di “formazione economicosociale”*, foi originalmente publicado em 1970, no número 4 dos Quaderni di Critica Marxista.

Dentre essas variações, afirma o autor, por muito tempo a expressão “formação econômico-social” esteve presente na história de forma equivocada, sendo vinculada apenas ao caráter econômico das sociedades. Entretanto, defende que, sendo para Marx a sociedade burguesa uma totalidade, a *formação social* engloba não só a esfera econômica, mas todas as suas esferas num processo dialético, que expressa a continuidade e descontinuidade dos processos históricos, em tudo que tange a estrutura e a superestrutura que compõem essa sociedade.

Nesse sentido, em sua obra *O’Capital*, Marx explica a *formação social* através da relação entre infraestrutura³ e superestrutura⁴ que compõe cada sociedade. Isto é, compreende a:

(...) formação social capitalista como uma coisa viva – com os fatos da vida cotidiana, com as manifestações sociais concretas do antagonismo das classes inerente às relações de produção, com a superestrutura política burguesa protegendo o domínio da classe dos capitalistas, com as ideias burguesas de liberdade, de igualdade, entre outras, com as relações familiares burguesas. (LENIN, 1984, p.3 *apud* SERENI, 1970, p. 319).

Nesse sentido, compreende-se que o processo histórico de um modo de produção apresenta lei gerais, porém, não pode ser considerado espontâneo e/ou etapista, uma vez que sofrem influências de fatores externos e internos nos respectivos tempo-espaço. Portanto, é necessário salientar que o conceito de *formação social* emerge no pensamento marxiano com o objetivo de negar uma linha de sucessão que vai desembocar em uma fatalidade histórica. MARX (2005, p. 121 *apud* SERENI, 1970, p.306) explicita que,

Está claro que a formação secundária compreende toda a série das sociedades baseadas na escravidão e na servidão. Mas quer isso dizer que a trajetória histórica da comuna agrícola deve fatalmente [(fatalement)] conduzir a este resultado? De jeito nenhum. Tudo vai depender do ambiente histórico onde ela é estabelecida.

Acerca disso, Sereni (1971, p. 317) destaca que “A análise das relações sociais (...) permitiu a observação da repetição e da regularidade e generalizar os regimes dos distintos países em um só conceito fundamental: a formação social”. Sendo assim, ao analisar a *formação social* de uma dada sociedade é importante ter em mente que não se trata de identificar a passagem de um modo de produção a outro buscando por tipos ideais, pois, sempre haverá resquícios do passado no presente. Assim, a *formação social* se refere ao

³ Infra estrutura corresponde ao conjunto de relações econômicas que se dão sustentabilidade a produção da vida material (NETTO; BRAZ, 2006).

⁴ Superestrutura compreende fenômenos e processos corresponde a instâncias jurídico-políticas, as ideologias ou formas de consciência social (NETTO; BRAZ, 2006).

processo histórico de constituição de um território, como resultado transitório de determinada sociedade.

Isto posto, entende-se que a *formação social* do Brasil teve características peculiares que influenciaram diretamente no modo como o capitalismo surgiu e se desenvolveu no país, passando por alterações e sofrendo influências internas e externas. Em particular, busca-se destacar que a história brasileira é marcada por resistência e luta em torno do conflito da terra, isso desde a entrada dos colonizadores em 1500, a luta dos índios pelo território e domínio da terra marca este momento - nos séculos XVI e XVII, cerca de 350 mil indígenas escravizados trabalharam na economia brasileira. (FERNANDES, 2000).

Posteriormente, com a entrada dos negros africanos escravizados na produção manufatureira do Brasil, tem-se a formação dos quilombos enquanto representação de resistência diante a escravização e a privação da terra – sendo um dos símbolos nacionais o quilombo dos Palmares, cujo líder Zumbi (FERNANDES, 2000).

Assim sendo, uma das características marcantes do país foi o regime escravista, que influenciou o modo de vida, de produção, da cultura, dos valores e das ideias, que vem se arrastando ao longo dos séculos. A formação do Brasil moderno, portanto, se configurou entre o passado e o futuro, como traduz Ianni (2004, p. 84-85):

O presente capitalista, industrializado, urbanizado, convive com vários momentos pretéritos. Formas de vida e trabalho díspares aglutinam-se em um todo insólito. A circulação simples, a circulação mercantil e a capitalista articulam se em um todo no qual comanda a reprodução ampliada do capital, em escala internacional.

Acerca do processo de implementação do sistema capitalista no Brasil, o sociólogo Florestan Fernandes acredita que o país passou por uma Revolução Burguesa, e que essa foi constituída por duas fases. A primeira teve início em 1888/9 e contou com a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República. Nessa fase destaca-se como principais personagens o imigrante e o fazendeiro de café, na segunda metade do século 19. A segunda fase inicia se a partir de 1930, quando houve a crise do pacto oligárquico.

Nessa primeira fase a economia cafeeira estava se expandindo, principalmente no estado de São Paulo. Esse ciclo compreendeu praticamente toda a Primeira República, predominando não só em termos econômicos, mas também sociais e políticos, justamente

nessa época em que o trabalho escravo estava sendo liberado, bem como se dava a instituição do colonato, que ocorreu no país entre a segunda metade do século XIX e início do século XX. Segundo Prado Júnior (1945, p. 177-178 *apud* IANNI, 2004, p. 88):

O café deu origem, cronologicamente, à última das três grandes aristocracias do país: depois dos senhores de engenho e dos grandes mineradores, os fazendeiros de café se tornam a elite social brasileira. E em consequência (uma vez que o país já era livre e soberano) na política também.

Porém, o trabalho livre não tornou-se, necessariamente, trabalho assalariado, pois, o colono trabalhava, majoritariamente, em troca da terra pra produzir a sua própria subsistência. Como ressalta Martins (2010, p.5):

O colono continuou a fazer exatamente o mesmo que o escravo fazia, mudando apenas a forma social da organização do trabalho, do trabalho coletivo do eito para o trabalho familiar. Mudou relativamente a forma social de valorização do capital, seja pela eliminação do tráfico negreiro e da figura intermediária do traficante de escravos, seja pela imigração subsidiada pelo Estado, que socializou os custos de formação da nova força de trabalho.

Tendo em vista essa grande expansão da economia cafeeira, torna-se importante salientar que a figura do trabalhador rural é peça chave no desenvolvimento do capitalismo no Brasil, pois, a figura do antigo senhor rural se metamorfoseia no fazendeiro de café. A economia do café, portanto que se fortaleceu através da mão de obra estritamente escravista, incorpora, então, o trabalhador livre. Nesse sentido,

As medidas políticas tomadas para proteger e apoiar a economia do café expandiram as condições de uma orientação propriamente capitalista na produção agrícola e criaram as condições da polivalência do empresário que, rapidamente, tomou o capital e não a terra, tampouco o mando sobre seus trabalhadores, como a referência de sua constituição como sujeito social e econômico. O fazendeiro deixou de ser um amansador de gente para se tornar um administrador da riqueza produzida pelo trabalho (MARTINS, 2010, p. 6).

Isso porque, os fazendeiros, em sua maioria, foram a favor do fim do trabalho escravo, já que seria vantajoso ter trabalhadores “livres” para uma maior produção e acumulação de riqueza, contudo, no momento em que se liberta o escravo se aprisiona a terra, instituindo-a como propriedade privada através da Lei de Terras⁵, criada em 1850.

As relações de trabalho se transformaram, o fazendeiro de café agora assumia uma postura de empresário e investia o capital gerado e acumulado na produção de café.

⁵ Trata-se de uma legislação específica para a questão fundiária. Esta lei estabelecia a compra como a única forma de acesso à terra e abolia, em definitivo, o regime de sesmarias.

Em suma, todos esses elementos, demonstram os primórdios da questão agrária no Brasil, já que a partir da instituição da propriedade privada da terra e das mudanças nas relações de trabalho que avançaram, mas com resquícios do sistema escravista, o trabalhador foi expropriado de sua terra e o capitalista assumiu o papel de proprietário. Ou seja, quem tinha dinheiro poderia comprar as terras, mas a pergunta é: como os escravos teriam condições financeiras de comprar essas terras? Como ressalta Marx quando discorre sobre a acumulação primitiva no livro O'Capital:

Marcam época, na história da acumulação primitiva, todas as transformações que servem de alavanca à classe capitalista em formação, sobretudo aqueles deslocamentos de grandes massas humanas, súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como levas de proletários destituídas de direitos. A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo (MARX, 2011, p.829-830).

Considerando as peculiaridades do Brasil, o capitalismo brasileiro, portanto, não nasceu de uma evolução interna e, sim, de uma dominação externa, dispondo características “arcaicas” e modernas”.

Para que o capitalismo se consolidasse no país, as imposições vindas “de fora” foram articuladas aos interesses da burguesia brasileira, já que o objetivo dessa última era reproduzir a ideologia de dominação e exploração. Dessa forma, emergiu-se um regime de trabalho livre que incorporou as hierarquias e estruturas sociais já existentes no regime escravista.

A hipótese que se delinea não é a de uma gradual autocorreção do regime de classes (tal como ele está estruturado). Mas, a de uma persistência e de um agravamento contínuos da presente ordenação em classes sociais, cujas “debilidades” e “deficiências estrutural-funcionais” foram institucionalizadas e são na realidade funcionais. Se elas desaparecessem (ou fossem corrigidas), com elas desapareceria essa modalidade duplamente rapinante de capitalismo (FERNANDES, 1975, p. 40).

Tal interpretação faz emergir o entendimento, chamado pelo sociólogo brasileiro Florestan Fernandes, de capitalismo dependente.

É preciso colocar em seu lugar o modelo concreto de capitalismo que irrompeu e vingou na América Latina, o qual lança suas raízes na crise do antigo sistema colonial e extrai seus dinamismos organizatórios e evolutivos, simultaneamente, da incorporação econômica, tecnológica e institucional a sucessivas nações capitalistas hegemônicas e do crescimento interno de uma economia de mercado capitalista (FERNANDES, 1975, p. 45).

Tal aspecto também é observado por Ianni, que exprime características que marcaram esse processo que ocorreu de forma peculiar no Brasil:

Em síntese, estes são os três processos de envergadura histórica que explicam os contornos e os movimentos da formação histórica do Brasil: o sentido da colonização, o peso do regime de trabalho escravo e a peculiaridade do desenvolvimento desigual e combinado (IANNI, 2004, p.85).

Todas essas questões servem para expor alguns dos elementos necessários para refletir sobre a construção da sociedade moderna no território que se logrou a chamar, após a colonização, de Brasil.

Esses três processos corroboram o país no marco do capitalismo dependente. Acerca disso, o sociólogo Ruy Mauro Marini (1973), afirma que o sistema misto de servidão e de trabalho assalariado que se estabelece no Brasil, ao se desenvolver a economia de exportação para o mercado mundial, é uma das vias pelas quais a América Latina chega ao capitalismo. Marini (1973) denomina de capitalismo *sui generis*, esse desenvolvimento que os países por sua estrutura ou seu funcionamento não se desenvolvem como os países de economia avançada.

Marini (1973) esclarece que o interesse do capitalismo pela América Latina, em um primeiro momento, se explica pela rica oferta de minerais, principalmente a bauxita. Isso demarca as relações entre a América Latina e os países capitalistas europeus, aprofundando de forma particular a inserção do território latino-americano na divisão internacional do trabalho.

O desenvolvimento do capitalismo *sui generis*, na América Latina se deu pois, os países latinos forneciam tanto a mão de obra, quanto matérias-primas que suprem a necessidade da subsistência dos países industriais. Isto é, para Marini (1973, p.5) “De fato, o desenvolvimento industrial supõe uma grande disponibilidade de produtos agrícolas, que permita a especialização de parte da sociedade na atividade especificamente industrial”.

Com o advento da Revolução Industrial, portanto, houve um crescimento da classe trabalhadora, devido a necessidade da grande indústria. O que reverberou nas condições de vida do trabalhador da América Latina, esse foi o mais explorado. Além disso, a dependência latino-americana apresenta uma outra característica que diz respeito à apropriação da capacidade produtiva do trabalho, como afirma Marini (1973, p.5):

(...) a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador.

No que diz respeito ao desenvolvimento do capitalismo latino-americano destaca-se algumas características no que tange à produção, circulação e consumo de mercadorias.

Assim,

A economia exportadora é, portanto, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional (MARINI, 1973, p. 18).

O grande fluxo migratório para a região permitiu ao sistema uma grande reserva de mão de obra, sendo que a mão de obra latino americana poderia assim ser facilmente substituída e fortemente explorada.

Outro fator importante é o crescente investimento do capital financeiro que gerou uma grande expansão dos lucros que foram enviados diretamente aos países industriais, um grande aumento na superexploração da força de trabalho que acentuou o nível de dependência dos países latino americanos.

Tendo em vista as características que particularizam a forma como o capitalismo foi se organizando no Brasil, a partir da inserção e conformação deste como país dependente no capitalismo, tem-se no campo as condições para a intervenção direta das grandes transnacionais. Com isso, ratificasse a centralidade da questão agrária no desenvolvimento do capitalismo latino americano, pois esse se dá intrinsecamente ligado à grande concentração fundiária. Ou seja, é somente no bojo da compreensão do Brasil enquanto país latino-americano de capitalismo dependente, que se pode entender a complexidade da luta pela terra. Entretanto, o entendimento dessa particularidade se dará imersa em tenso debate, em que se apresenta algumas teses sobre a reforma agrária no país.

Sobre isso o Partido Comunista Brasileiro (PCB) defende uma tese que ressalta a necessidade de superar os problemas, que permaneceram desde o Império, iniciando uma reforma pelo campo onde a terra estava concentrada nas mãos de poucos. Para o partido, a burguesia industrial e a burguesia nacional também tinham interesse na reforma agrária já que

a grande parte da terra estava nas mãos dos coronéis. Assim, entendiam que “(...) essa revolução democrática precisava, junto com a burguesia capitalista, derrotar esses senhores ‘feudais’ ou esses resquícios do feudalismo, para então liberar a terra para o desenvolvimento natural do capitalismo” (STEDILE, 1991, p. 367).

A segunda tese, criada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), afirmava que para ocorrer uma revolução no Brasil, o processo seria longo, se arrastaria por anos e que seria chamada de “guerra popular prolongada”. Cabe destacar que essa não rompe com a ideia de que para se conseguir uma reforma agrária era preciso se aliar aos setores da burguesia nacional (STEDILE, 1991).

Uma terceira corrente surge em 1960 com a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), a qual defendia uma reforma agrária não somente no Brasil, mas em toda a América Latina, dentro de um viés capitalista. Os projetos da CEPAL anunciavam o progresso contra o atraso industrial, mas não eram projetos nacionalistas, mas de conversão aos moldes do capital central. Dessa forma, acreditavam que essa tese da reforma agrária não era para resolver o problema do campo, e sim para desenvolver um mercado interno capitalista nacional. Isto é, “essa reforma agrária tinha um caráter nitidamente capitalista, que o papel dela era oportunizar que mais gente tivesse propriedade da terra, e pudesse, assim, se inserir no mercado interno capitalista e se transformar em consumidores de bens industriais” (STÉDILE, 1991, p. 369).

Surgiu ainda uma quarta corrente, criada pelo intelectual Caio Prado Júnior, que contrapunha as três anteriores e defendia a ideia de que a reforma agrária deveria ter um caráter anticapitalista, avaliando possibilidades de uma reforma socialista. Nesse sentido, essa rompe com a ideia de que o país não havia passado pela “revolução burguesa”, portanto, “(...) fazendo uma análise de que as relações de produção e sociais, tipicamente capitalistas, já eram predominantes no campo; portanto, se houvesse uma reforma agrária, deveria ter um caráter anticapitalista” (STÉDILE, 1991, p. 369).

Diante essas correntes, considera-se que contribuíram para a elaboração da massa crítica da classe trabalhadora para pensar a “imagem do Brasil”, embora, destaca-se que os intelectuais anteriormente apresentados avançam no que tange a construção do entendimento do país enquanto um território de capitalismo dependente, com maior coerência com a teoria

marxista. Nesse sentido, são esses primeiros que nos fornecem mais elementos para conhecer a particularidade da luta pela terra no Brasil.

Adentrando às particularidades da formação do Brasil na luta pela terra, tem-se a mirada de entendê-la a partir da luta de classes. Nesse sentido, por um lado tem os proprietários de grandes latifúndios, que estruturam toda a formação do país. Desde a primeira ocupação das capitâneas hereditárias, e depois com a divisão através do direito do regimento sesmarias, o qual passa a distribuir o território como posse de qualquer pessoa, desde que esse fosse cristão. O conceito de latifúndio passa a ser usado desde a Roma Antiga, para designar “uma grande área de terra sob a posse de um único proprietário” (MORISSAWA, 2012). Porém, o uso da palavra no Brasil foi “classificado em lei pelo Estatuto da Terra, de 30 de novembro de 1964, para designar as grandes propriedades improdutivas” (MORISSAWA, 2012, p. 13). Devido a isso, o conceito de Reforma Agrária surge em um movimento de dualidade com relação ao modo de ver a questão agrária. De um lado, acreditavam que era um problema das classes dominantes, por outro, viam o problema como sendo da classe trabalhadora. Em ambos os espectros nunca sendo tomado como uma problemática política e estrutural.

Por outro lado, no que tange às resistências da classe trabalhadora, têm-se a conformação das lutas camponesas, que explanaremos com maior profundidade, devido a tangenciar diretamente o objetivo desse estudo. Essa luta, na contemporaneidade, se dá pelo protagonismo de vários segmentos populacionais, como o povo camponês. Campesinato esse que foi composto por trabalhadores, ex-escravos e imigrantes. Muitos imigrantes vieram da Europa para Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo, migrando em busca de terra e rompendo as cercas dos latifúndios, foram os primeiros a serem conhecidos como sem-terra na segunda metade do século XX.

A conformação desses sujeitos se deu, inicialmente, de forma separada, em cada região do país. As ligas camponesas são de 1945, ano que chegava ao fim o governo ditatorial de Vargas. Já, em 1954, foi criada a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas no Estado de Pernambuco, neste mesmo ano o Partido Comunista Brasileiro cria a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB), a qual, em 1961, realizava, em Belo Horizonte, o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas: “Neste evento participaram 1.400 trabalhadores, sendo 215 delegados das Ligas Camponesas e 50 delegados do MASTER” (FERNANDES, 2000, p.34).

Entre os anos 60 e 70 as lutas camponesas ganham força por todo território nacional, devido aos conflitos no campo e a gestão do governo sobre a questão agrária. Essa ampliação é sucedida pela criminalização desses movimentos, que eram tratados com violência:

A violência da polícia, escorada na justiça desmoralizada, que decretou ações contra os trabalhadores, utilizando recursos dos grileiros fundiários. Aumentando os números da violência e colidiram com a relutância camponesa que não se entregou e a cada dia realizava novas lutas (FERNANDES, 2000, p. 44).

Nos anos 70 em São Paulo, mais precisamente na Fazenda Primavera ocorre uma luta entre posseiros e grileiros, luta que marca o início do MST. Assim como no Mato Grosso do Sul, onde, ao final dos anos 70, as lutas contra a exploração da mão de obra no campo, se fazem presente nesta construção: “Contra essa forma de exploração, os sem-terra sul-mato-grossenses fizeram a luta que gerou o MST” (FERNANDES, 2000, p.69).

Em 1975, foi criada, pelos bispos da Igreja Católica, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em Goiânia. De acordo com STÉDILE (1991), essa comissão recuperou a principal ideia de que somente tem direito à terra quem trabalha nela. Com isso, a Igreja colocou a questão da terra como central, defendendo-a como espaço de trabalho para servir a humanidade e não ao capital. A CPT, portanto, teve grande relevância para a construção da luta camponesa, pois, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e os ensinamentos da Teologia da Libertação, articulou os movimentos camponeses, inclusive o MST, que renasceram durante a ditadura militar, promovendo a organização coletiva e popular.

2.2 A TERRITORIALIZAÇÃO DO MST

Em seu livro *A Formação do MST no Brasil*, o professor Bernardo Mançano Fernandes contextualiza a história de luta do MST, nos atemos nesse trabalho aos fatos mais marcantes na história do movimento. O MST foi fundado oficialmente em 1984 no Primeiro Encontro Nacional, que foi realizado nos dias 21 a 24 de janeiro em Cascavel, no Paraná. De acordo com FERNANDES (2000), os sem terra realizaram o Primeiro Congresso em janeiro de 1985, iniciando assim o processo de *territorialização* do MST pelo Brasil. Desse modo, a criação do Movimento em janeiro de 1984 tem em sua construção anos de lutas, os quais antecedem este momento. Sendo que se deram de formas separadas ao longo dos Estados brasileiros, preparando o caminho para a consolidação do MST. Sobre este trajeto Fernandes aponta:

Aos que acreditaram no fim do camponês, não atentaram para o fato que o capital não comporta somente uma forma de relação social, ou seja: o assalariamento. Ainda, a propósito, o próprio capital, em seu desenvolvimento desigual e contraditório, cria, destrói e recria o campesinato. É por essa lógica que podemos compreender a gênese do MST (FERNANDES, 2000, p. 47).

Como ressalta FERNANDES (2000), a primeira ocupação do MST aconteceu na gleba Macali, em Ronda Alta no Rio Grande do Sul, no dia 7 de setembro de 1979. Concomitantemente aconteciam em outros estados, ocupações que também foram relevantes para a gestação e formação do movimento, sendo assim a formação do movimento se deu através de várias ações durante determinado período. Tendo em vista que as ocupações para o movimento são um dos primeiros momentos da luta, sendo uma construção histórica e simbólica do movimento, onde a resistência se apresenta. O que Fernandes (2000, p. 66) define como:

A ocupação de terra é uma criação histórica. É um acontecimento resultado de um conjunto de causas, que contém a necessidade, o interesse e a resistência dos camponeses. É, portanto um fato criado pelas pessoas e suas causas. E a principal causa é a defesa da vida.

Acerca do fato, o que ocorreu foi que os índios Kaiingang com o intuito de recuperar o seu território, expulsaram 1.800 famílias de colonos que ocupavam suas terras em maio de 1978. As alternativas para esses trabalhadores era migrar para os projetos de colonização da Amazônia, se tornarem assalariados nas empresas agropecuárias ou industriais ou lutar pela terra no Estado do Rio Grande do Sul (FERNANDES, 2000, p. 51.).

Por causa da falta de organização social, os trabalhadores não conseguiram o seu intento naquele momento, retomando as atividades um mês depois, ocupando as glebas⁶ Macali e Brilhante. A ocupação começou com 30 famílias e atingiu o número de quase 300 famílias. Com o intuito de dispersá-las o secretário de agricultura enviado pelo Governo do Estado fez um cadastro prometendo assentá-las quando acontecesse a Reforma Agrária, fato esse que não ocorreu.

Após um intenso trabalho de base houve uma maior organização dos trabalhadores e assim no dia 7 de setembro de 1979, a gleba Macali era terra ocupada. Após muita luta e resistência, foi autorizado pelo governo o uso daquelas terras para plantação, tendo início assim a primeira experiência de organização do trabalho e a produção na terra ocupada.

⁶As glebas eram terras públicas que estavam arrendadas para empresas. (FERNANDES, 2000, p. 51).

No dia 25 de setembro houve a ocupação da Gleba Brilhante sendo ocupada por cento e setenta famílias. Foram montados dois acampamentos, um com os trabalhadores e o outro com famílias que foram incentivadas pelo Partido Democrático Social (PDS), que em atitude oportunista estavam lá para defender o assentamento de filhos de agricultores.

As famílias que não ocuparam as Glebas Macali e Brilhante ocuparam em outubro de 1980 a Fazenda Anoni, apesar de toda a resistência houve intervenção da Polícia Federal que derrotou a ocupação.

Com a experiência das lutas anteriormente citadas, o MST organizou o acampamento da Encruzilhada Natalino, que ocorreu no dia 8 de dezembro de 1980. Os ocupantes eram as famílias de Nonoai, famílias remanescentes da Gleba Brilhante, sem-terra de vários estados e camponeses. O governo tentou convencê-los a desistir fazendo propostas de emprego, que foi recusado.

Em Abril de 1981 havia 50 famílias acampadas. Em Junho havia 600 famílias, reunindo mais de 3 mil pessoas que habitavam em barracos de lona, de capim, de madeira, de sacos de cimento ou adubo (FERNANDES, 2000, p. 56).

Surgiu nesse acampamento uma nova forma de organização social, que ia nortear as próximas lutas. Foram criadas comissões de saúde, alimentação e negociação. Apesar da precariedade em que viviam no acampamento e da repressão por parte da Polícia Federal, o Movimento se fortaleceu e começou a receber apoio e contribuições de vários sindicatos.

Tentaram negociar com o governo, porém sem êxito, mandaram o Exército invadir, dessa forma o acampamento foi declarado Área de Segurança Nacional. Nesse acampamento houve a morte de 5 crianças. Portanto, a persistência e a resistência do MST nos assentamentos são uma forma de enfrentar o sistema capitalista que os exclui, é uma luta acima de tudo pela sobrevivência.

Diante o exposto até aqui, percebe-se que a construção do Movimento foi um processo histórico que se deu através dessas lutas e muitas outras que aconteceram em vários estados do país, fortalecendo assim as lutas camponesas no Brasil. “A CPT rompia o isolamento das diferentes práticas, realizando contatos, visitas e encontros entre sem-terra de diferentes estados” (FERNANDES, 2000, p. 75).

O MST se organizou de forma a pensar estratégias de luta pela terra visando a reforma agrária, nesses encontros os trabalhadores trocavam experiências, criando espaço para socialização política.

O primeiro encontro regional aconteceu na cidade de Medianeira (PR), nos dias 9 a 11 de Julho de 1982, e reuniu cerca de 100 agricultores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul (FERNANDES, 2000, p.75).

Sobre esse encontro é importante salientar que os participantes avaliaram os limites e as causas da luta discutiram a participação dos sindicatos, relataram as experiências da luta pela terra. Chegaram a conclusão que o maior vilão é o modelo de desenvolvimento econômico que privilegia o interesse dos latifundiários e que o Incra é a instituição oficial que mais prejudica o movimento.

Houve também nos dias 23 a 26 de setembro de 1982 o encontro de Goiânia, que reuniu cerca de trinta trabalhadores rurais e vinte e dois agentes de pastorais de vários estados. Nesse encontro relataram as diferentes formas de luta e resistência e fizeram também uma análise crítica das falhas, dos erros e dos acertos. Entre as propostas desse encontro foi constituída uma Coordenação Nacional Provisória dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que teria como objetivo preparar o segundo encontro nacional.

Através desses encontros houve uma maior conscientização dos trabalhadores de que sozinhos a luta pela terra seria mais árdua, e que seria necessário a formação e a união com outros movimentos sócio-políticos. Surgiu nesse momento a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fazendo parte dos movimentos de luta do campo e da cidade.

Por fim, ao trazermos esta construção histórica do movimento dos sem-terra no Brasil, nos deparamos com as particularidades sócio-histórica da disputa pela terra, além do cenário político que cercava essa gênese do movimento.

A grandeza da luta em todo o território brasileiro nos leva a pensar nas dificuldades de articulação entre essas organizações de luta isoladas, levando em consideração a tecnologia existente naquele período histórico. Mas o grande Encontro Nacional, onde vários estados estavam sendo representados, significou uma grande vitória e avanço na luta.

A criação de um movimento que levanta uma bandeira de luta que até então era a luta isolada de vários camponeses pelo solo brasileiro, fortifica, cresce e revela que a luta do

companheiro do Sul também é a luta do companheiro no Norte, traz eixos em comuns, o reconhecimento no outro através da luta pela terra, tem por trás um grande avanço emancipador.

Dada sua criação em 1984, o Movimento entra em sua fase de consolidação na luta junto a família camponesa. Ressaltamos a importância dos primeiros Encontros e Congressos os quais iremos abordar no decorrer deste capítulo.

Estes primeiros encontros de líderes nacionais do Movimento fazem com que se passe a pensar nas formas de organização e de luta a partir da dinâmica da *territorialização*. O trabalho de base e a organização é uma destas formas trabalhadas e discutidas nos encontros, sendo esta a estrutura básica utilizada na construção do MST, como é apontado por Fernandes: “Nos trabalhos de base, ou no trabalho de casa em casa, para a organização das famílias, a fim de realizar as primeiras ocupações no estado, inicia-se a construção do MST” (FERNANDES, 2000, p. 95).

Em 29, 30 e 31 de janeiro de 1985, temos o 1º Congresso do MST o qual estabelece como princípios do MST: a luta pela terra, pela Reforma Agrária e pelo socialismo. Além disso, teve como lema “Terra para quem nela trabalha” e “Ocupação é a Única Solução” e elenca a educação e a cooperação coletiva como base do trabalho de organização. Neste mesmo ano a relação econômica do campo sofre alterações advindas de programas de ajuste da agricultura, estes por sua vez comandados pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) e pelo Banco Mundial. Chamamos a atenção para a relação de domínio do capital central sobre o Brasil e seus impactos sobre as relações sociais, econômicas e de poder (FERNANDES, 2000). Portanto,

Nesse I Encontro Nacional também definimos os nossos objetivos em dez pontos, como se fosse uma plataforma de luta. Na verdade, os dez pontos resumiam nosso programa. O movimento era para lutar por terra, mas decidimos fazer também a luta pela reforma agrária e por mudanças sociais, porque vivíamos o clima das lutas pela democratização do país (STÉDILE, FERNANDES, 1999, p.42).

Com o 2º Encontro Nacional dos Assentados que aconteceu em Cascavel no Paraná se define as prioridades da organização do Movimento e a metodologia a ser aplicada. Sendo a metodologia de luta popular utilizada através da prática social, na qual se uni uma série de procedimentos de resistência para a conquista da terra a ser trabalhada, escolha feita através da observação dos processos já realizados. E as prioridades:

Impulsionar a construção de direções políticas nos níveis municipal e estadual;
 Fortalecer a articulação do movimento e das lutas nos níveis estadual e nacional;
 Formação de lideranças;
 Fortalecer a autonomia do movimento nas mãos dos trabalhadores;
 Participar nos sindicatos, nas direções da CUT e na política partidária.”
 (FERNANDES,2000, p. 25)

Nos anos consecutivos o Movimento se estabelece por várias regiões do país. Acerca desse crescimento, destacam-se alguns estados do Nordeste, Sudeste e Sul.

Entre os anos de 1985 e 1987 o MST foi se consolidando nos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas e Espírito Santo. A gestação do MST no Estado do Espírito Santo começou quando os participantes trabalhadores começaram a se identificar como lavradores desempregados. Já no Paraná o início do MST se deu através da articulação de vários movimentos, dentre eles, MASTROS, MASTES, MASTEM, entre outros. Sendo distinto do Rio Grande do Sul, onde se tem início com as ocupações das glebas Macali e Brilhante e foi até a ocupação da Estação Experimental Fitotecnia da Secretaria da Agricultura (FERNANDES, 2000, p.139-163).

O MST no Estado de Minas Gerais nasce dentro nos Vales do Mucuri e Jequitinhonha, (região que vive em extrema condição de pauperização), juntamente com o apoio da CPT, os quais organizaram o Encontro Regional na cidade de Teófilo Otoni (sede da secretária do MST), para unir os trabalhadores dos municípios. O Movimento neste momento se uniu a defesa da luta dos posseiros e dos assalariados da região, em 1985 o Movimento já havia se instaurado em outras regiões de Minas Gerais. Nos anos de 1989 o MST se expande pela região Noroeste e do Triângulo Mineiro, período em que a repressão aumenta, mas que as ações do Movimento também crescem.

A Polícia Militar de Minas Gerais inventou duas armas com a finalidade de serem usadas no confronto com os sem-terra. Foram denominadas aruega e sapezinho, em alusão às principais ocupações do Movimento. A aruega é uma haste de ferro de dois metros com duas pontas em “v”, que são utilizados como garra para imobilizar a pessoa. O sapezinho é uma haste de madeira com uma corrente de um metro e meio e uma esfera de ferro na ponta, usada para arrebatam foices e enxadas (FERNANDES, 2000, p. 132)

Isto é, diante a expansão nacional do MST, cresce também a represália, que se torna mais intensa e acaba levando a prisão de líderes do Movimento. Nesse sentido, a década de 1990 foi marcante para a história do MST, pela grande repressão sofrida pelo movimento nos Governos Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. Isso porque, o Brasil implementou no período um conjunto de políticas neoliberais que trouxeram o

aprofundamento da pobreza, impulsionando os indivíduos a organização coletiva. Assim, trata-se de uma década de grande expansão do MST, pois, como vimos, aumentou-se o número de ocupações e o número de assentamento. Isto é,

Dessa forma, o MST intensificou a luta pela terra, de modo que na década de 1990 cresceram tanto o número de ocupações quanto o número de assentamentos, em todas as regiões. Esse processo foi resultado das ações do MST, em parte, e de outros movimentos sociais que surgiram a partir de 1994 (FERNANDES, 2000, p.200).

Essa expressividade teve como resposta do governo federal tanto uma onda de violência regida pelo aparato de coerção do Estado, quanto uma política de assentamentos rurais. Essa última advém, além da organização política do povo, da intensão de reduzir a pressão social, conforme recomendações do Banco Mundial, através de mecanismos de compensação para o acesso à terra. Nisso, o governo FHC, que compreendeu os anos de 1995 a 2003, teve grande participação nos programas de Reforma Agrária no país, porém todos eles voltados para a lógica de mercado. De uma forma geral, o objetivo era distribuir terra e aliviar a pobreza rural, porém

Não há como imaginar a redução da pobreza rural e o abastecimento das populações metropolitanas sem a formulação de uma política agrícola que privilegie o investimento produtivo na infraestrutura de produção agropecuária (especialmente em armazenagem e eletrificação rural) e em setores estratégicos, como a produção de sementes selecionadas e a pesquisa em tecnologias apropriadas. Ao mesmo tempo, o uso de mecanismos de política fundiária deve cuidar da democratização do acesso à terra e da melhoria das condições de trabalho no meio rural. (NETO, 2013, p.300)

Em meio à repressão e a emergência dos movimentos sociais e a partir dos princípios e elementos organizativos citados acima, o MST consolidou a sua estrutura se ampliando através do processo de *territorialização*, que se deu principalmente entre os anos de 1985 a 1990, expandindo para um caráter nacional. Já nos anos de 1990 a 1999, o MST se desenvolveu, enfrentando novos desafios que fortaleceu a consolidação e permanência do movimento.

Diante a essa conjuntura, o Movimento realiza o 2º Congresso do MST, realizado de 8 a 10 de maio de 1990. Esse teve como lema “Ocupar, Resistir, Produzir”, que reafirma as ocupações de terras como o principal instrumento de luta pela Reforma Agrária, incentiva a produção no assentamentos e impulsiona a organização de associações e cooperativas – criando o Sistema Cooperativista dos Assentados e a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil. Além disso, o MST se articulou com outros movimentos em prol

da classe trabalhadora, culminando na criação da Via Campesina, em 1993, isto é, um movimento internacional que reuni organizações dos cinco continentes, sejam essas de camponeses, pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, comunidades indígenas, etc. Dessa forma,

Esses acontecimentos posicionaram num novo patamar as ações dos movimentos sociais, sobretudo do MST, que passou a assumir um papel de protagonismo na produção dos principais impulsos e pressões para a definição e execução de uma política de reforma agrária no Brasil (ESTEVAM, STÉDILE, 2013, p. 22).

De acordo com Fernandes (2000), as grandes empresas como o Bamerindus, Volkswagen e Bradesco foram responsáveis por apropriar terras indígenas e de posseiros, o que fez aumentar o conflito pela terra na região da Amazônia. Sendo assim, em 10 de janeiro de 1990, o MST faz a sua primeira ocupação no Pará. Destacamos que o estado do Pará foi considerado o palco de luta pela terra mais violento do Brasil.

Os sem-terra bloquearam uma rodovia em Eldorado dos Carajás como forma de negociar com o Governo, porém a promessa do Governo não foi cumprida e teve início um massacre da Polícia Militar contra os sem-terra, deixando dezenove mortos. Por causa desse massacre o então presidente Fernando Henrique Cardoso criou o Ministério Extraordinário de Política Fundiária, em 30 de Abril de 1996.

Dando continuidade ao processo de *territorialização*, iniciou se as ocupações no Mato Grosso, que desde os anos 70 foi considerado o “paraíso” da colonização particular.

(...) o Governo Federal pretendia trazer para o Mato Grosso e para a região amazônica os camponeses sem-terra das regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Essa política ficou conhecida como “Colonizar para não reformar”, e significou um modo do Estado conduzir a apropriação das terras, entregando-as para empresas capitalistas, tentando impedir a ocupação pelos posseiros e o crescimento da organização sociopolítica dos camponeses (FERNANDES, 2000, p. 214).

Como no Mato Grosso a luta pela terra se dava até então por movimentos isolados, houve uma dificuldade maior de mobilizar as famílias para lutarem juntas ao MST. Foi realizado um trabalho de base, o qual foi gerido com sucesso e como resultado em 14 de agosto de 1995 teve início a primeira ocupação no Mato Grosso, que reuniu cerca de mil famílias na fazenda Aliança.

O Governo fez um acordo com as famílias para que elas desocupassem a fazenda Aliança e fossem para uma área no município de Rondonópolis, como o acordo não foi

cumprido, as famílias deram início a um processo de luta permanente, dentre elas ocupando a sede do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), em Cuiabá.

Os conflitos de luta pela terra elencados acima fizeram parte do processo de *territorialização* através do qual o MST se consolidou e fortaleceu. Esses conflitos em sua maioria tiveram como marca a violência velada, muitas mortes e mesmo num cenário nem sempre positivo, muitas conquistas. A luta do MST não é só pela terra, mas contra o sistema opressor e desigual o qual vivemos.

2.3 TERRA E LUTA POR OUTRA SOCIABILIDADE

No Brasil contemporâneo a burguesia defende que não existe mais problema agrário, porque, na visão deles, os latifúndios possibilitam o desenvolvimento do capitalismo. Logo,

No meio intelectual, acadêmico ou mesmo político, é muito comum ouvir afirmações, frequentemente muito bem elaboradas, referentes à superação histórica do debate sobre a questão agrária no Brasil (STEDILE, ESTEVAM, 2013, p.167).

Entretanto, nossa análise se contrapõe a essa afirmativa, pois entende-se que o capitalismo se utilizou das particularidades do Brasil, em especial no que tange a não realização da reforma agrária, e se apropriou dos grandes latifúndios para se manter vigente. Uma vez que a nível mundial, a partir dos anos 1990, foi hasteado um modelo “neo agro extrativista de desenvolvimento”, cujas consequências do capitalismo no campo são catastróficas, já que nesse período “basicamente [...] 46 proprietários controlam 60% da terra, enquanto 5 milhões de pequenos agricultores, arrendatários e meeiros ficam com o resto” (STÉDILE, 1991, p. 377). Isto é, com as mudanças sofridas na agricultura, a terra e a riqueza agora faziam parte dos novos interesses agroindustriais.

As grandes propriedades no Brasil, portanto, possibilitaram ao capitalismo continuar seu processo de acumulação e concentração de capital, e, logo, de poder. Dessa forma, o processo de industrialização da economia brasileira progressivamente reafirma-se como exportadora de matérias primas. Tal movimento, de acordo com Bava (2006, p. 16), se dá devido a escassez de matérias-primas e de alimentos em várias partes do mundo,

especialmente na China, vai criar uma demanda por commodities⁷ que irá modificar o modelo de desenvolvimento, ou crescimento econômico melhor dizendo, dos países da América Latina e da África.

Todo esse processo, portanto, como aponta Stédile (1991), expressa que o capitalismo acabou com as alternativas para a pequena propriedade o que foi reforçado com a entrada do agronegócio, em que as desigualdades sociais são aprofundadas. Contudo, a ideologia compartilhada é de que o agronegócio é um potencial para a transformação e potencialidade do país, conforme expõem Stédile e Estevam (2013, p. 110):

Outra tese derivada e igualmente equivocada é atribuir ao chamado “agronegócio” a “saída” para a retomada do crescimento brasileiro. Com efeito, as contínuas taxas de crescimento do setor agropecuário, de 5% a.a nos últimos períodos, não necessariamente garantem a expansão da economia como um todo, visto que o mesmo não representa mais do que 10% do PIB (ainda que se diga que, somando-se aos demais setores adjacentes e industriais, tenhamos algo da ordem de 30% a 40% do PIB, dependendo da fonte dos dados).

Isto é, “[...] a revitalização do agronegócio acirra ainda mais as terríveis contradições que opõem o latifúndio ao homem pobre” (STEDILE, ESTEVAM, 2013, p.191). E, por outro lado, o proprietário de latifúndio reafirma a grande influência e barganha no desenvolvimento socioeconômico do país, pois, “além de ter outras propriedades que comprou na fase da concentração, ele começa então a atuar em vários setores, não só na agricultura, mas no comércio, na indústria, no capital financeiro” (STÉDILE, 1991, p.375). Logo, tem-se que a reatualização do modelo agroexportador brasileiro alinha os interesses da burguesia nacional às necessidades da manutenção do capitalismo, através do foco na produção de commodities.

Para Stédile (2013), a reforma agrária clássica foi derrotada não porque os problemas agrários foram resolvidos, mas sim porque a chegada do neoliberalismo possibilitou também a dominação do capital através do agronegócio. Em suma, o autor defende que para que haja uma reforma agrária ela teria que ter um cunho socialista, sendo que em primeiro lugar teria que haver uma descentralização da propriedade, já que as grandes propriedades estão nas mãos de poucos. Em segundo lugar, é preciso tomar os meios de produção, não só a terra, mas também as máquinas e etc. Em terceiro lugar, seria necessário

⁷ As commodities são recursos naturais, extraídos ou cultivados e que são produzidos em grande escala. Geralmente são estocados para evitar deterioração ou a perda da qualidade original. Exemplo: soja, milho, trigo, etc.

dar condições básicas de direito e cidadania aos sujeitos, que ele julga ser impossível no sistema capitalista. Portanto, como expõe Stédile e Estevam (2013, p. 194).

O nexu entre a questão agrária e a problemática da formação do Brasil contemporâneo é definido pelos efeitos negativos do desemprego estrutural e da extrema concentração de renda e de poder político e social sobre a capacidade de a sociedade nacional controlar os fins e os meios do desenvolvimento capitalista. O problema deve ser visto na sua totalidade

Isto é, a luta pela terra permanece como um dos eixos centrais para se entender a formação social do Brasil, principalmente no tempo atual. Uma vez é permanente a migração de trabalhadores, do campo para a cidade, e o desemprego, que embora sejam questões estruturais ainda hoje são vistos como problema político e não como problema agrário. Consequentemente, cada problemática é tratada de forma separada e não na totalidade: a luta pela terra.

3 OS FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA *FORMAÇÃO POLÍTICA* NA ORGANIZAÇÃO DO MST

Esse capítulo tem como objetivo discutir os fundamentos teórico-metodológicos que contribuem para a formação política dos quadros do MST, que se dará em dois momentos. No primeiro momento destacar-se-á o processo de *formação*, que diz respeito aos princípios de organização do MST, que trata da direção coletiva, divisão de tarefas, disciplina, estudo, formação de quadros, luta de massas e vinculação com a base.

No segundo, busca-se identificar e refletir acerca dos fundamentos teórico metodológicos utilizados pelo MST para *formação política* de seus quadros constituintes.

3.1 A *FORMAÇÃO* DO MST

Mesmo diante as ofensivas observadas no processo de *territorialização*, as ocupações do MST se fazem presentes em dezoitos estados. Isto é, se fortalecendo e expandindo por todo território nacional por meio da articulação entre experiências de lutas e do arcabouço teórico, ratificando a relação entre teoria e prática, ou seja, “Por meio dessa práxis, desenvolveram as ocupações massivas que resultaram nos processos de *formação e territorialização* do Movimento” (FERNANDES, 2000, p. 173).

Isto é, no processo de consolidação, além da *territorialização*, o Movimento investe em sua *formação* e passa a desenvolver princípios de organização. Portanto, “Internamente, o movimento criou uma prática política diferenciada dos outros movimentos. Nós a chamamos de princípios organizativos” (STÉDILE, FERNANDES, 1999, p. 40).

A **direção coletiva** diz respeito a estabelecer um colegiado dirigente, ao invés de eleger um presidente do movimento. Isso a fim de fortalecer e assegurar o movimento, pois entendem que “Movimento camponês com um presidente só tem dois caminhos: ou ele vai ser assassinado, ou vai ser um traidor” (STÉDILE, FERNANDES, 1999, p. 39).

A **divisão de tarefas**, por sua vez, é definida pelo interesse do militante em uma tarefa na organização do movimento. Isto é, como expõe Stédile e Fernandes (1999, p. 41), é o que “[...] permite à organização crescer e trazer para dentro dela as aptidões pessoais. [...] No conjunto, surge uma diversidade de aptidões e de habilidades. Isso faz com que a organização cresça porque a pessoa se sente bem, se sente feliz com o que faz”.

A **disciplina**, dentro do Movimento, pode ser entendida como a forma de “aceitar as regras do jogo”. Isso porque, entendem que “Se entro num movimento, mas não me submeto à sua organização interna, com certeza ele não vai para frente, nunca” (STÉDILE, FERNANDES, 1999, p. 42).

O **estudo**, portanto, passa a ser um ponto chave para o Movimento tanto para a liderança, quanto para o alcance dos objetivos que vão para além do imediato. Logo, consideram que “Se tu não aprenderes, não basta a luta ser justa. Se não estudares, conseqüentemente nem tu nem a organização irão longe. [...] O estudo nos ajuda a combater o voluntarismo, esse negócio de ‘deixa que eu chuto’. Isso não resolve” (STÉDILE, FERNANDES, 1999, p.42).

A **formação de quadros** é considerada a garantia do futuro da organização social, que precisa ser responsabilidade dela própria. Isto é. “Nunca terá futuro a organização social que não formar os seus próprios quadros. Precisamos de quadros técnicos, políticos, organizadores, profissionais de todas as áreas” (STÉDILE, FERNANDES, 1999, p. 42-43).

A **luta de massas** consiste em reconhecer que as mudanças esperadas no que tange a luta pela terra, pela reforma agrária e pelo socialismo, não serão alcançados mediante pressão do popular. Entendem com isso que “O povo só conseguirá obter conquistas se fizer luta de massas. É isso que altera a correlação de forças políticas na sociedade. Senão o próprio *status quo* já resolvia o problema existente. Um problema social só se resolve com luta social. Ele está inserido na luta de uma classe contra a outra” (STÉDILE, FERNANDES, 1999, p. 43).

Por fim, a **vinculação com a base** diz respeito ao imperativo de que um/a dirigente esteja em permanente contato com a base social do movimento, pois, “É preciso criar mecanismos para ouvir, consultar, se abastecer da força e da determinação do povo. Todos erram menos quando ouvem o povo” (STÉDILE, FERNANDES, 1999, p. 44).

Esse elemento organizativos, presente no processo de formação do MST, elencam o povo e sua ação de massas organizada como o protagonista da luta. Logo, o Movimento não consiste em um partido, e, sim, em uma organização política e social, como expõe Stédile e Fernandes (1999, p. 81):

No momento em que o MST perder sua base social ou o contato com o povo, aí se foi. Podemos ser os mais sabidos da reforma agrária no Brasil, mas não vamos ter nenhuma força. Gostaria que essa vontade política estivesse presente não apenas no conceito. Somos uma organização política e social de massas ou dentro do movimento de massas. Até para não induzir a falsas interpretações de que somos um grupo bem-preparado e vamos resolver sozinhos o problema da reforma agrária.

Nesse sentido, entendendo que o MST consiste em um movimento social que integra a luta de massas, mas que dispõe de organização própria, o interesse dessa pesquisa diz respeito ao processo de formação política de seus integrantes, que o movimento nomeia de *trabalho de base*⁸, como veremos a seguir.

3.2 FUNDAMENTOS DO *TRABALHO DE BASE*

3.2.1 Primeira fase

Pensar a educação no campo é salutar refletir acerca dos sujeitos sociais desse território, que, majoritariamente, são vistos como atrasados ou ignorantes. Essa compreensão impõe a necessidade de que sejam “educados” por profissionais e pedagogias que se originam de políticas feitas pelos “de fora”. Diante a isso, para que o povo do campo possa se constituir como sujeito político é fundamental criar uma educação que fosse feita para eles e a partir deles. Assim, surge no MST uma pedagogia da própria dinâmica do campo, com os processos educativos vindo de dentro e não de fora, ressaltando o potencial revolucionário dos oprimidos e não dos opressores, como afirma Caldart (2000, p.27).

Nessa construção, o sujeito Sem Terra é visto como um sujeito cultural que produz e reproduz determinado modo de vida dentro de uma sociabilidade. Então, levando todos esses processos em consideração, a educação sempre foi visto como um valor para o MST, incluindo a luta por escola como tarefa do MST e rompendo com o conceito mais tradicional de escola, atuando na formação de seus membros através da formação humana. (CALDART, 2000)

Nesse sentido, o Primeiro Encontro Nacional de Professores de Assentamentos aconteceu em julho de 1987, no Espírito Santo, e culminou na criação do Setor de Educação do MST. Nesse momento, o lema que era “Somos sem Terra e temos o direito de estudar”, se transforma no “Somos sem Terra e temos o dever de estudar”. O MST, portanto, se constitui

⁸ Ratificamos a diferença entre o trabalho popular – que trata-se de organizar as comunidade visando solucionar problemas – e o trabalho de base – que é realizado junto aos integrantes de um movimento a fim de manter a sua organização (MST, 1997).

como sujeito educativo indo contra a vinculação entre escola e mercado, que através da mercantilização faz da educação no país, uma mercadoria. Desde então, o MST constrói uma proposta pedagógica fazendo da educação uma estratégia de luta pela reforma agrária. Para isso, o movimento requer que os educadores sejam integrantes do movimento e, para ampliar o número de educadores, dá início a turma de Magistério do MST, em janeiro de 1990, com a parceria da Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa (FUNDEP), criada pelos movimentos populares.

Entretanto, a pedagogia do MST esbarrou em uma contradição, pois, ao mesmo tempo em que queriam que a escola tivesse um caráter diferente das tradicionais, temia-se que os estudantes poderiam ser prejudicadas quando fossem estudar fora das escolas do movimento. Tal discussão foi sendo amadurecida e, no primeiro Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (ENERA), que aconteceu em Brasília em 1997, concluiu pela inserção de crianças e jovens no MST a fim de conferir continuidade ao Movimento.

Como uma das ações progressiva desse entendimento, o MST deu início ao curso superior de Pedagogia, em parceria com as universidades, em 1998; a Campanha Nacional de Alfabetização nos Assentamentos; e incorporou, ao Setor de Educação, a educação de jovens para a militância, através do curso de Administração em Cooperativas, que deu origem ao Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA)⁹.

Diante o exposto, em um dado momento a educação e a formação política faziam parte de setores distintos do Movimento, porém com o alargamento das concepções foi possível perceber que as duas caminham juntas rumo a formação humana. Uma formação com caráter não apenas político ou ideológico, mas educação e formação com tarefas históricas, a longo prazo.

Em suma o MST lutou e luta por um projeto político-pedagógico que visa uma educação que serve não apenas aos Sem Terra, mas sim como parte da história da educação do povo brasileiro. Assim, toda essa luta pela educação teve o seu pilar no *trabalho de base* realizado pelos membros do MST, que contaram com grandes contribuições tanto teóricas como de experiências dos próprios trabalhadores.

⁹ O Instituto de Educação Josué de Castro, que tem como mantenedor o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária e é vinculado ao Movimento dos Sem-Terra, constitui-se em uma escola de educação média e profissional.

Para Lênin o que antecede a revolução é a consciência da classe trabalhadora que através de um *trabalho de base* crítico descobre que os problemas econômicos e sociais que lhes atinge não são individuais e sim coletivos. Ou seja,

a consciência é o entendimento da condição de exploração como algo que pode ser alterado, transformado, combatido, vem do exterior da própria luta econômica, isto é, vem da parte consciente, portanto, do partido que já se apropriou da teoria revolucionária e está em melhores condições para fazer as —revelações políticas, pois essas revelações políticas abrangendo todos os aspectos são a condição necessária e fundamental para educar as massas em função de sua atividade revolucionária (LÊNIN, *apud* GASPARIN, 1978, p. 27).

Para o autor, portanto, é a partir daí que começam a se organizar enquanto classe atuando na realidade de forma concreta, logo, essa é a importância da educação política.

Assim, para falar sobre a formação política no MST é fundamental falar dos métodos e das estratégias que foram utilizados para tal. Conforme afirma Gasparin, o trabalho de base incorpora como método parte daquele utilizado pelas igrejas católica e luterana (setores progressistas da Igreja) e que, mais tarde, integra os princípios organizativos do Movimento. Isto é, uma das principais intervenções no sentido de mobilização popular através da conscientização da base vinculadas a igreja, ocorreu pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), que introduziu a *mística* como forma de organização popular – inclusive muitas lideranças que fortaleceram o surgimento do MST tiveram origem nessas comunidades.

Para Gasparin (2017, p.63), “os trabalhadores que lutam pela terra através do MST, não o fazem só através da agitação política ou da formação política ideológica, mas também via simbolismo religioso, presente desde os primórdios do Movimento”. Foi inclusive através do trabalho de base realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), que os sujeitos começaram a se reconhecer como protagonistas da sua própria libertação – leitura que era fundada no Cristianismo, mas que tinha um viés marxista para explicar a realidade. A CPT, criada em 1975 pelos setores progressistas da Igreja com o intuito de pressionar o Governo para o cumprimento do Estatuto da Terra, visava garantir que quem na terra vive e trabalha tem direito ao acesso a ela.

As grandes transformações ocorridas na década de 1980, devido a modernização urbano-industrial no Brasil, fez surgir sindicatos, partidos e organizações de trabalhadores que exigiam o fim da Ditadura Militar na Campanha que ficou conhecida como “Diretas Já”.

Nesse período, no campo a influência dessa modernização impactou diretamente na exclusão social e aumentou gradativamente o êxodo rural.

No meio rural, o governo militar tinha imposto uma política de modernização da agricultura para atender a demanda urbano-industrial e o mercado externo sem fazer reformas na estrutura fundiária. Isso aprofundou a exclusão social, aumentando o êxodo rural, as desigualdades tecnológicas e provocando profundas transformações nas relações sociais no campo (GASPARIN, 2017, p. 65).

Por isso sempre foi tão importante para o MST investir na formação de novas lideranças que pudessem, além de trabalhar na ampliação do Movimento, desse continuidade ao mesmo. Isso os fortalecia principalmente nos momentos de grande repressão. Essas questões foram aparecendo durante a própria prática do MST, que serviu como base para o conteúdo de formação política através da construção de metodologia da luta popular.

Ao passo que se organiza a luta pela terra, com os acampamentos como forma de luta principal, a formação é o próprio método organizativo. Ou seja, o que estava disperso, agora fica agregado nas comissões, nos núcleos, na necessidade de juntar forças para vencer o medo de enfrentar a repressão policial e os jagunços (GASPARIN, 2017, p. 67).

Como o Movimento ainda não tinha métodos para a formação política dos seus quadros, foram utilizados muitos métodos da Ação Católica. O **primeiro método** tinha como base fazer uma reflexão crítica e diagnóstica da realidade, e foi denominado de “Ver, Julgar, Agir”, que consistia em:

Ver: destaca a importância do olhar a realidade social e decodificá-la nos seus diferentes aspectos social, econômico, político, simbólico, eclesial, pessoal e pedagógico. Cumpre o papel de garantir que todo processo formativo parta da realidade local e da análise de conjuntura estimulando uma interpretação/reflexão crítica e diagnóstica dos problemas sociais e sua relação com a vida comunitária. Ao ser identificada uma situação-problema, parte-se para a contextualização da situação ou análise dos fatos apresentados, procurando perceber suas causas e consequências.

Julgar: refletir cada fato, os acontecimentos do cotidiano, os problemas que perpassam a vida pessoal e comunitária identificados no —Verl apoiado em referenciais teóricos e práticos. Para tal, utilizam-se conhecimentos da reflexão teológica bem como de outras ciências, como a Filosofia, Sociologia, Antropologia, Psicologia, a que se tem acesso. Entretanto, vale ressaltar que a principal fonte de reflexão se dá a partir da valorização do conhecimento popular, dos diferentes conhecimentos existentes na própria comunidade, com a noção de que — todo mundo é doutor no seu trabalho — o pedreiro detém um tipo de conhecimento, a cozinheira outro — e que estes também fazem parte da cultura. Este exercício de confronto, de troca de conhecimentos, colabora para que os agentes comunitários criem elos de sociabilidade, de diálogo, de reflexão dialética. O momento do —Julgarl dentro de um processo formativo cumpre com a função de ordenar o pensamento dos participantes e contribui para o rompimento de visões mitológicas, naturalizadoras (sempre foi assim), fatalizadoras (foi Deus

quem quis assim) e fragmentadas das realidades que perpassam a vida em sociedade.

Agir: a ação se configura em atitudes e trabalhos que desnaturalizam a miséria, a violência, a falta de políticas públicas, que denunciam o próprio sistema, com suas estruturas socioeconômicas, políticas e ideológicas, e anunciam uma nova forma de se trabalhar, de —colocar a mão na massa, não de maneira individualista, mas de forma conjunta. A ação é uma importante etapa do processo formativo. É o momento da decisão em que o processo formativo culmina na organização de ações solidárias – mutirões para construção de casas, ajuda a pessoas desabrigadas, colaborar na reforma de uma escola –, reivindicatórias – abaixo-assinados, manifestações públicas, fechamento de rodovias – e organizativas – fundar ou recuperar um órgão popular, como um sindicato, uma associação de moradores (BROSE, 2008, p. 28 *apud* GASPARIN, 2017, p. 67-68).

Essa formação tinha o objetivo tanto de formar lideranças quanto de fazer reuniões para conscientizar trabalhadores que tinham interesse na luta pela terra, esse fato atribuiu um caráter pedagógico às ações do MST. Assim, para entender como funcionava a sociedade na ordem capitalista, nessas formações eram utilizados o Estatuto da Terra e a Bíblia, uma leitura feita através do método materialismo histórico dialético, como forma de explicitar a grande concentração fundiária da terra e o porquê da discrepância social entre ricos e pobres. De acordo com uma das lideranças do MST no Nordeste, Fátima Ribeiro:

A forma de luta principal era a ocupação de terra, no entanto, o conteúdo dessa ação era preparado nos coletivos de militantes e dirigentes que já despontam pelo trabalho de base. Portanto uma série de conteúdos e temas precisavam ser assimilados: como trabalhar com o povo, qual a metodologia de trabalho popular que respeitasse a cultura do povo, suas crenças, mas que também elevasse o nível de consciência dessa própria luta. Então, temas como a história da luta pela terra, história do Brasil, o tema de como fazer um discurso e convencer as massas, de como preparar uma boa reunião, eram temas que iam construindo o próprio programa de formação.

O MST teve uma experiência com as Escolas Sindicais, apesar de não conduzi-las efetivamente. Mas, por volta da década de 1980, o sindicalismo rural passou por uma grave crise política, fato que leva o Movimento a acreditar que era preciso construir um caminho de formação próprio do MST. “Dessa forma, em 1986, o MST organiza um publicação que se denominou “Construindo o caminho” que apresentaria um resumo da história das lutas pela terra no Brasil; a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (como está organizado em nível estadual, nacional, princípios, papel do militante, assessor, e da secretaria); método de trabalho de base e organização popular; e a importância do Jornal Sem Terra”, como afirma Gasparin (2017, p. 74).

A preocupação do MST para com a formação dos seus quadros, se deu também pela reconhecida necessidade de expandi-lo a nível nacional. Dessa forma, era impossível desassociar *territorialização* e *formação* e, como consequência, o Movimento constrói o

primeiro curso nacional, em 1987, o “Curso de Monitores” – cujo objetivo era formar dirigentes para participarem no processo de formação do Movimento pelos estados, principalmente para o Nordeste. Neste curso estudava-se como funciona a sociedade, o método do trabalho de base e alguns processos revolucionários, entre outros.

Com isso, dirigir o MST era dirigir a própria *formação política*, cada dirigente era responsável por formar muitas pessoas, assim era preciso ter um coletivo com quem dialogar, tinha que ter as massas com quem representar. Esse método fez com que o MST se territorializasse no Brasil inteiro e multiplicasse militantes. Isto é, era muito importante que esses militantes soubessem a história da luta pela terra e as questões pertinentes a Reforma Agrária e o Estatuto de Terra, pois era através desses argumentos que esses militantes conscientizariam os outros trabalhadores sobre o seu direito a terra e formar assim novos militantes.

3.2.2 Desenvolvimento

O Movimento percebeu, então que a educação deveria ser constante, estando presente não só nos momentos de formação, mas também no processo de expansão do MST. Sendo assim começa se a produzir os **Cadernos de Formação** que orientaria a consolidação do movimento, isso porque

A consolidação dos assentamentos e com ele a organização do Setor de Produção, já demanda uma resposta do ponto de vista formativo mas, sobretudo, da organização da produção, da cooperação agrícola, da organização social dos assentamentos e de bandeiras de lutas que vão surgindo como a educação, a infraestrutura produtiva, moradia, etc. Assim o MST era desafiado a dar respostas ao conjunto de questões que apareciam nos assentamentos e que envolviam o conjunto das famílias que agora ali se estabeleciam: questões no âmbito da organização econômica e produtiva e questões no campo da organização política (GASPARIN, 2017, p. 78).

Dentre essas estratégias utilizadas pelo MST, através da ocupação, dos assentamentos e dos acampamentos, era necessário fazer com que as terras ocupadas se tornassem terras produtivas, sendo assim o próximo passo do Movimento foi pensar sobre a cooperação agrícola, que ocorreu em meados de 1986 a 1990. Foram criados em 1988/89 os Laboratórios Organizacionais de Centro e de Campo, respectivamente, buscando fazer com que todos os assentados participassem dos cursos de Formação, articulando o trabalho na lavoura com o estudo.

Para a formação política dos seus quadros o MST criou uma escola para atender a qualificação de quadros técnicos para a produção que foi a Escola Josué de Castro – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) e a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)¹⁰. A formação política, portanto, era uma junção dos fundamentos da ciência com a luta política e com a teoria revolucionária para transformação da realidade.

Em Agosto de 1992, o MST criou o Boletim de Educação nº 1 que teve como tema “Como deve ser uma escola de assentamento”, que teve edição esgotada. Como houve a necessidade de uma nova edição desse mesmo Boletim, o MST criou o Caderno de Educação nº 8. Depois do Boletim nº1 e até a construção do Caderno de Formação nº8, passaram-se quatro anos de experiências e práticas pedagógicas, então, era preciso reescrever e sistematizar os princípios já existentes e os novos, que surgiram durante essa trajetória, ou seja, a prática foi impulsionando os princípios.

Nesse caderno nº 8, foram tratados os princípios pedagógicos e os princípios filosóficos, que para o MST se distinguem justamente para se entender a especificidade de cada um.

Os princípios filosóficos dizem respeito a visão de mundo, a sociedade, já os princípios pedagógicos se referem ao jeito de fazer e pensar a educação, é a metodologia utilizada nos processos educativos. (MST, 1996, p.4)

Apesar de, no surgimento do Setor de Educação, o termo educação ter sido vinculado a escola, no decorrer do tempo, essa compreensão foi sendo ampliada e o Setor passa a atuar em outras frentes. Para o MST, atualmente, “a educação expressa-se em um sentido amplo, é um dos processos da formação humana. Processo através da qual as pessoas se inserem numa determinada sociedade, transformando-se e transformando esta sociedade”. (MST, 1996, p.

Portanto, atualmente, o MST considera que a educação é a ferramenta de formação de quadros para organização e para o conjunto das lutas dos trabalhadores. Dessa forma, a educação no MST assume um caráter político vinculado com os processos sociais, objetivando a transformação da sociedade e a construção de uma nova ordem social. De

¹⁰ A Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema, na Região Metropolitana de São Paulo, é um centro de educação e formação, idealizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

acordo com o Caderno de Formação nº 24 (1992, p.6), algumas características da proposta de educação do MST são:

- **Educação de classe:** educação que cria métodos que vise a hegemonia do projeto político da classe trabalhadora através do desenvolvimento da consciência de classe;
- **Educação Massiva:** educação como direito fundamental de todos em todas as idades;
- **Educação organicamente vinculada ao Movimento Social:** uma educação ligada às lutas e aos objetivos do MST por acreditar que só uma educação do movimento e não para o movimento pode dar conta das demandas de formação;
- **Educação aberta para o mundo:** aumento da “densidade cultural”, ou seja, ampliar a visão para melhor projetar o futuro;
- **Educação para a ação:** preparar sujeitos através da educação para que sejam capazes de intervir na realidade e assim transformá-la através da consciência organizativa;
- **Educação aberta para o novo:** ajudar a construir novas relações sociais e interpessoais e aberta para trabalhar pedagogicamente as contradições vividas pelo Movimento.

O MST acredita na educação para a cooperação, uma educação voltada para que os trabalhadores do campo possam construir alternativas de permanência no campo e para transformar a realidade em que vivem. Assim, começou se a fazer uso de um termo marxista que é a educação omnilateral:

Educação omnilateral chama a atenção de que uma práxis educativa revolucionária deveria dar conta de reintegrar as diversas esferas da vida humana que o modo de produção capitalista prima por separar”, trabalhando as várias dimensões da pessoa humana: a formação político-ideológica, a formação técnico profissional, a formação do caráter ou moral (valores, comportamentos com as outras pessoas), formação cultural e estética, a formação afetiva, a formação religiosa (MST, 1992, p.8).

Além disso, o Movimento acredita na capacidade de transformação do ser humano, na mudança das pessoas, que nesse processo educam-se e são educadas, mas para que essas mudanças ocorram eles acreditam que é preciso organizar as condições objetivas para que elas vivam essas mudanças durante o processo pedagógico, que são construídos a partir de dez princípios no Caderno de Formação nº 24 (1992, p.11):

1) Relação entre teoria e prática: “a prática social dos estudantes como base do seu processo formativo, a prática como matéria prima e destino da educação. Acreditam que as verdadeiras teorias são aquelas que são frutos de práticas sociais e que por sua vez a instrumentalizam. Por isso, é importante organizar o currículo em torno de situações que exijam respostas práticas dos estudantes, conseguindo relacionar o que foi aprendido em sala com os acontecimentos do cotidiano”. (1992, p. 11)

2) Combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação: nem todas as dimensões da educação podem ser trabalhadas com a mesma metodologia, isso é importante para ajustar a metodologia ao objetivo real de cada processo educativo. De acordo com os princípios do MST, quem ensina é o educador e quem capacita o faz a partir de uma atividade objetivada, no qual a pessoa vai aprender a reagir diante de uma situação. O ensino se traduz em saber, e a capacitação em saber-fazer e saber-ser. Assim a capacitação pode ser vista como uma revolução pedagógica, os alunos devem atingir metas de capacitação deixando claro que aprenderam a teoria e a prática também.

Nada melhor do que combinar este ensino com a vivência concreta das/dos estudantes na sua própria experiência de organizar a escola em forma de cooperativa, para que este objeto concreto lhes capacite em cooperação, mas também em novos comportamentos, novas atitudes pessoais em relação ao coletivo, etc. (MST, 1992, p.12).

3) A realidade como base para a produção do conhecimento:

Esse princípio foi sendo modificado porque era necessário acrescentar que não bastava somente partir da realidade era preciso saber o destino do conhecimento que queriam produzir. Primeiro era preciso conhecer a realidade do assentamento para depois expandir”. (MST, 1992, p. 13)

4) Método de ensino através de temas geradores: questões extraídas da realidade, seja a mais próxima ou mais atual, seja a mais longínqua, se desenvolve uma unidade de estudos integrando conteúdos, didáticas e práticas. Partir de uma realidade que já é mais próxima dos alunos também auxilia no processo de aprendizagem

Quer dizer então que partir da realidade próxima é um jeito ou um método pedagógico para chegar ao conhecimento da realidade mais ampla, o que por sua vez deverá se reverter na capacidade de análise e de intervenção nas situações-problema que vão aparecendo na realidade que foi o ponto de partida do processo de conhecimento (MST, 1992, p.14).

A escolha do conteúdo que deve ser ministrado não é neutra, os conteúdos de ensino são produzidos socialmente, dessa forma são incorporados neles posições políticas e interesse de classes, sendo assim é necessário escolher conteúdos que contribuem para a concretização dos princípios do Caderno de Formação do MST.

Para o MST, portanto, o trabalho tem um valor fundamental, pois é ele que os identifica como classe, com uma educação ligada aos processos produtivos. A escola do MST destinada a formação para o trabalho e para além dele, para que seja possível entender as relações, principalmente as de exploração que constroem o trabalho. O trabalho visto como prática para provocar necessidades de aprendizagem.

5) Processos educativos e processos políticos: “A educação é sempre uma prática política, a medida que se insere dentro de um projeto de transformação ou de conservação social”. (MST, 1992, p. 16)

O MST acredita que por muito tempo a educação foi tida como uma questão que não deveria envolver política, essa ideia contribuiu para que a transformação social não ocorresse então na educação no MST luta se contra isso. Cultivar a sensibilidade para que se indigne aos atos de injustiça, de violência, levando a indignação para o lado da mudança e fazer uma abordagem crítica e problematizadora da realidade, educar para a solidariedade de classe, desenvolver processos de crítica e autocrítica coletiva e pessoal, são fatos que foram sendo incluídos nos processos de formação do Movimento.

6) Processos educativos e processos econômicos: a partir das práticas pedagógicas do MST foi possível perceber que era necessário entrelaçar os estudos ao processo econômico, já que para a transformação social se efetivar se fazia necessário estudar outros meios de sociabilidade, aproximar os estudantes dos vários processos produtivos da sociedade. O objetivo do processo formativo, portanto, era fazer com que os estudantes produzissem algo que não necessariamente seria comprado ou consumido, para que a partir daí eles possam ter outra visão e também comercializar produtos para conhecer as regras de funcionamento do mercado, porém sem entrar no desvio de que a economia é a única dimensão importante da vida.

A cultura como parte importante do processo de transformação social, espaço privilegiado para vivência e produção de cultura e assim produzir uma nova cultura, a cultura da mudança: que tem o passado como referência, o presente como a vivência que ao mesmo tempo em que pode ser plena em si mesma, é também antecipação do futuro, nosso projeto utópico, nosso horizonte. (MST, 1992, p.20)

7) Gestão democrática: “educando-se pela e para a democracia social, a gestão da escola feita por todas as pessoas da comunidade, todos devem aprender a tomar decisões e as decisões devem ser respeitadas por todos, desde quem educa até quem é educado”. (MST, 1992, p. 20)

8) Princípio da auto-organização: “os estudantes assumem autonomamente a direção de parte significativa do seu processo de formação ao mesmo tempo que coopera na gestão coletiva do conjunto, assumir posições ora de comando ora de comandado. Sempre acompanhados pedagogicamente”. (MST, 1992, p. 20)

9) Criação de coletivos pedagógicos: criação de equipes ou núcleos de educação para discutir sobre as práticas de educação nos assentamentos e acampamentos. Ocorre também dentro desses coletivos a auto formação permanente porque quem educa precisa ser educado continuamente. (MST, 1992, p.22)

10) Atitude de habilidade de pesquisa: pesquisar a fundo sobre a realidade é fundamental para construir propostas para a resolução dos problemas a partir do conhecimento. E através das proposições poder mudar a realidade.

Creem que a relação entre os educados e educandos não deve ser nunca de extremos, nem paternalista onde o educador quer resolver todos os problemas do educando e nem autoritário ou repressor. E por último o MST coloca que não pode faltar amor!

3.2.3 Passos atuais

Para o MST, os princípios são vistos como horizonte para saber aonde se quer chegar e foi assim que ao longo de sua trajetória foram sendo produzidos Boletins e Cadernos de Educação, com temas variados, que seriam trabalhados dentro do Movimento. Desta maneira, no ano de 2004, o MST fez um Boletim da Educação como edição comemorativa de 20 anos de luta, desde a sua fundação como movimento nacional. Essa abordou um balanço do que já foi feito, entendendo que a concepção de educação foi se metamorfoseando, e sinaliza de que ainda há muito por fazer.

Nesse balanço de 20 anos foram elencados alguns fatos que marcaram a trajetória do Movimento, que foi guiado pela compreensão de que o campo trata-se de um lugar que precisa de um olhar diferenciado. Além dos abordados nos itens anteriores desse capítulo, cabe destacar que a luta por educação culminou na formulação das Diretrizes da Educação do Campo, via a promulgação do Decreto n. 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política de Educação do Campo, e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Acerca dessas, quantitativamente, foram conquistadas, em 20 anos, aproximadamente 1500 escolas públicas nos seus acampamentos e assentamentos, 160 mil crianças e adolescentes atendidas, mais de 4 mil educadores formados; na alfabetização de jovens e adultos, mais de 28 mil educandos e 2 mil educadores; e, no ensino universitário, com parceria de algumas universidades brasileiras, deu início a cursos superiores.

Para falar da concepção de educação para o Movimento foi utilizado o método do materialismo histórico dialético, no qual eles começaram a reflexão pedagógica na escola, saíram dela e voltaram pra ela com uma visão mais ampla de educação, chegando assim a Pedagogia do Movimento e Educação no Campo. Uma grande marca do Setor de Educação do MST é a produção coletiva de material que foi realizado na prática dialogando com as teorias.

Buscamos refletir sobre o conjunto de práticas que faz o dia a dia dos Sem Terra, e extrair delas lições de pedagogia, que permitem qualificar nossa intencionalidade educativa junto a um número cada vez maior de pessoas. Aprendemos também que a escola deve fazer parte deste processo; buscamos refletir sobre a pedagogia de uma escola que assume o vínculo com esta luta e este Movimento (MST, 2004, p.14).

O desafio de se construir uma escola popular, democrática e flexível:

O setor de educação tem o mérito da tentativa de transformar uma instituição quase intocável, e de se desafiar a pensar uma escola em outros parâmetros políticos e pedagógicos (MST, 2004, p.15).

O MST destaca a importância do acompanhamento das escolas, que não foi realizado pelo fato de não ter pessoas suficientes para tal. E encara outro desafio, que é levar a reflexão pedagógica para além das escolas, para as práticas e outros setores do MST.

Além disso, precisamos continuar a reflexão teórica da Pedagogia do Movimento como matriz pedagógica, e ajudar na produção de uma teoria da educação do campo, que inclui esta reflexão, mas também vai para um terreno que temos pouco acúmulo, que é o de pensar nossas práticas de educação na perspectiva de um sistema público de educação nacional, que ainda não temos (MST, 2004, p.16).

No Caderno de Formação nº8 citado linhas acima, o MST começa a criação do Setor de Educação acreditando que por questões de preconceito seria melhor que as professoras e professores fossem pessoas de dentro do próprio movimento, e ao fazer o balanço de 20 anos eles perceberam que foi um acerto sim, colocar os professores de dentro pois, isso auxiliou na permanência das escolas nos assentamentos e acampamentos e por contar com poucos profissionais o MST se dedicou mais à formação dos professores, as vezes até mesmo requerendo essa formação com o Estado.

Na sociedade brasileira a universidade simboliza, de fato, e ainda hoje, o latifúndio do saber; uma instituição pensada desde uma lógica elitista e que se perturba toda vez que há a entrada de pessoas organizadas (movimentos sociais) que representam e lutam por outra lógica (MST, 2004, p.17).

Em quantidade e em qualidade o MST considera que é preciso avançar, é preciso estar em sintonia com os debates atuais.

Com relação ao conceito de educador o MST passa considerar que é considerada educadora toda pessoa que faz a luta pela Reforma Agrária, em suas diferentes dimensões, na perspectiva de humanizar as pessoas e formar mais gente para as fileiras da luta por um Brasil sem latifúndios.

De acordo com o MST, o Movimento auxiliou na criação da identidade do educador, porém pecou na formação da identidade específica de professor de escola do MST ou da Reforma Agrária, então para avançar, o MST pondera que tem que se preocupar com a formação de educadores para atuação no conjunto das tarefas do MST como para a atuação específica nas escolas, mas talvez o que falte seja explicitar melhor as especificidades disso para construir um projeto pedagógico adequado a diferentes objetivos.

Outro desafio é a pouca elaboração acerca das políticas públicas e também chegaram a conclusão que sem criar uma rede ampla de diferentes sujeitos é impossível avançar nas políticas educacionais em Educação no Campo.

Mesmo depois de passados 20 anos o Movimento não está pronto e ainda não conseguiu envolver o conjunto da militância e da base no debate sobre o papel da educação no projeto de Reforma Agrária. E examina que uma das maiores contribuições do MST em toda essa trajetória foi expandir os pensamentos do povo camponês para que eles tivessem consciência de que estudar também era um direito e dever deles.

Todas essas ponderações foram discutidas no I ENERA em 1997 e na I Conferência Nacional em 1998 e que levaram também a discutir sobre a necessidade de uma luta social e um olhar específico para a educação no campo. Com toda essa experiência o Movimento passa a ter uma visão da educação não mais como serviço, mas como parte do projeto do MST.

E o crescimento da importância atribuída às questões de educação no Movimento é diretamente proporcional à compreensão pela militância da complexidade das lutas mais amplas em que estamos envolvidos, e dos desafios específicos da formação de quadros (MST, 2004, p.19).

Em sua trajetória o MST foi reinventando e construção a concepção de educação, e o que eles fizeram foi recuperar algumas matrizes pedagógicas desvalorizadas pelo sistema capitalista, como por exemplo, a pedagogia da práxis, a pedagogia da organização coletiva, entre outras.

Buscamos refletir sobre o conjunto de práticas que fazem o dia a dia dos Sem Terra, e extrair delas lições de pedagogia, que permitam qualificar nossa intencionalidade educativa junto a um número cada vez maior de pessoas. A isso temos chamado de Pedagogia do Movimento. (MST, 2004, p. 26)

Defendem a ideia de que a educação não é sinônimo de escola, porém a escolarização é um processo essencial na formação humana. O fato das escolas se situarem nos próprios assentamentos fez com que as crianças pudessem estudar sem ter que sair e correr o risco de ficar sem estudar, e isso se tornou um princípio no Movimento. E para que esses estudantes dessem continuidade a luta, foi necessário resgatar e trabalhar a identidade que lhes é própria com um projeto político e pedagógico voltado para isso.

Na concepção de escola do MST, a gestão é coletiva, ou seja, exclui-se a hierarquia presente na figura do diretor e coloca-se em pauta a coletividade para administrar através da ação da comunidade e dos alunos e professores. Para que a comunidade possa assumir a escola como sua.

Em sua trajetória, o MST foi ressignificando o sentido da palavra educação e construiu uma pedagogia própria do Movimento, então se fez relevante criar um Caderno de Formação sobre o método do trabalho de base que traria conceitos já estabelecidos e que serviria para nortear as ações futuras.

Em Outubro de 2009 o MST publicou o Caderno de Formação nº 38, com o tema “Método de trabalho de base e organização popular”, que é uma publicação do Setor de Formação. De acordo com Bogo (2009), a definição do método é essencial para que se possa traçar um caminho com objetivo de chegar a determinado fim, sendo assim a dialética foi utilizada como movimento nas contradições já que nada é estático, tudo muda. Por essa razão o método não é permanente. As diretrizes utilizadas no método foram a política ideológica, que orienta o rumo que deve ser seguido e a técnica organizativa que é a materialização do método em algo concreto que serão aplicados para transformar a realidade.

No *trabalho de base* para a formação política do MST “[...] o método se constitui de duas diretrizes básicas e dois eixos que sustentam a sua aplicação” (BOGO, 2009, p. 86). As diretrizes utilizadas no método foram a política ideológica, que orienta o rumo que deve ser seguido, e a técnica organizativa, que é a materialização do método em algo concreto que serão aplicados para transformar a realidade.

No que tange aos dois eixos, esse são utilizados para formar o método e são os elementos estruturantes e os requisitos orgânicos. Os elementos estruturantes são a estrutura do método, ou seja, estudo do problema, domínio da realidade pró e contra o objetivo, decisões políticas do que fazer, definição de objetivos, estabelecimento de metas, análise das consequências, checagem permanente do andamento, plano e contra-plano, avaliações, etc. Os requisitos orgânicos é a execução concreta do método, sendo que são os requisitos que garantirão um bom desempenho do método com ações bem preparadas (BOGO, 2009).

No trabalho de base para a formação política do MST, três elementos são fundamentais para manter a linha política no caminho correto. Em qualquer atividade, seja em grupo ou em massa é necessário que se defina a função de cada parte, construindo assim uma relação entre os coordenadores e coordenados. Assim, para coordenar é preciso fixar objetivos e orientar sua realização, tendo em mente que planejar é orientar o plano e acompanhar as ações para que o mesmo não saia dos objetivos (BOGO, 2009).

É preciso também desenvolver a consciência para se manter a unidade, não apenas a consciência social, mas principalmente a consciência política na qual são definidas estratégias e táticas para se conseguir transformações mais profundas.

A capacidade de explicar o que estamos fazendo e porque queremos chegar até determinado lugar, já significa que a consciência está adquirindo um novo conteúdo, isto fará com que o indivíduo passe da categoria de massa para a de lutador do povo e sinta que o projeto lhe pertence. (MST, 2009, p.98)

Para coordenar também é preciso entender que as pessoas têm limites, então é importante além de respeitar esses limites, ressaltar as qualidades e habilidades desses trabalhadores. Ter consciência das ações é indispensável para que se lute tendo claros os objetivos que o levaram a luta.

Um dirigente deve ser capaz de formular métodos de acordo com a realidade, dessa forma alguns elementos são essenciais para o planejamento, são eles:

- Identificação do problema ou desafio: “O ponto de partida sempre é a identificação do problema de forma ainda muito genérica”.
- Análise do problema: “Após ter sido apresentado o problema, deve-se fazer uma profunda análise, tanto dos aspectos internos que estão motivando a ocupação, quanto

dos aspectos externos que envolverão outros elementos que entrarão em contradições com outras forças”.

- Decisão: “Após ter analisado profundamente o problema e a realidade que o cerca, levando em consideração todas as forças a favor e contra, vem a tomada de decisão, que visa resolver o problema através de determinada ação”.
- Planejamento da ação: A partir da análise, observando o movimento da realidade e o rumo que se pretende dar a ela, é obrigatório planejar esta intervenção.

O Caderno de Formação destaca a importância das reuniões que é o momento de discussões, avaliações e tomada de decisões. O autor cita sete itens específicos para se fazer uma boa reunião: definir os objetivos da reunião e preparar a pauta; convocar antecipadamente os participantes; preparar o local que sempre deve ser confortável, de fácil acesso e que cause boa impressão; prever o horário certo de iniciar e de terminar evitando desgastes; o coordenador deve manter a ordem dos pontos a serem discutidos e dar oportunidade a todos para emitirem sua opinião dentro do prazo estabelecido; encaminhar corretamente as definições com distribui com distribuição de tarefas; avaliar o desempenho para saber o que se deve melhorar.

Para uma boa organização da reunião é importante que tenha uma equipe para recepcionar as pessoas, fazer uma abertura explicitando os objetivos da reunião que pode se iniciar com uma animação inicial e mística, apresentação dos participantes da reunião.

Nesse momento, se as pessoas já são conhecidas é importante que cada um fale sobre as suas virtudes, do que gosta de fazer. Após as apresentações, destaca se os pontos a serem discutidos, aprovar a pauta, determinar o tempo para cada ponto e estimar um horário para o fim da reunião. O coordenador deve abrir a discussão orientando que as falas sejam feitas por ordem de inscrição, o coordenador anota as propostas de encaminhamento que já vão sendo colocadas durante as falas.

Depois de esgotado o tempo de discussão o coordenador deve colocar as propostas de encaminhamento, pois toda discussão deve dirigir-se para encaminhamentos concretos, para então definir atividades para o planejamento que vão concretizar as ações.

Se a discussão concluir que se deve fazer uma mobilização de massas, significa que há necessidade de elaborar um plano com detalhes para que a mobilização aconteça, isto pode ser iniciado na reunião como também delegar para um grupo, elaborar o plano para ser discutido em uma próxima reunião. Mas se a discussão encaminhou

para o fechamento do assunto, como por exemplo: pagar o aluguel da sede. É somente definir quem irá efetuar o pagamento. (BOGO, 2009, p. 119)

Para se encerrar a reunião é importante que o coordenador solicite ao secretário que leia as conclusões, retome os pontos e relate as conclusões alcançadas e o resultado das tarefas. O coordenador deve observar se os objetivos estão sendo atingidos e alertar os participantes para que também observe este aspecto. Dessa forma, avaliar a reunião, marcar a próxima e encerrar.

De acordo com o Caderno de Formação nº 38, um dos principais objetivos da formação política e ideológica é a elevação da consciência. O sujeito quando entra em uma organização já tem um nível de consciência que foi construída nas relações sociais anteriores a organização. Assim, a formação política objetiva fazer com que os sujeitos efetuem análises mais profundas da realidade, para além do imediatismo.

Os quadros são vistos pelo MST como a coluna vertebral do movimento, é ela que vai garantir a sustentação e com a consciência elevada, o Movimento é capaz de formular reivindicações e traçar metas para alcançá-las.

Por exemplo, um militante político, que compõe a base da organização, com alta capacidade de análise do capitalismo e do imperialismo, compreende a relação de exploração entre as classes e luta ferrenhamente para alcançar novas conquistas, mas é altamente indisciplinado. Significa que a consciência em sua forma política está bem desenvolvida, mas o mesmo não se pode dizer da forma de consciência disciplinar. (BOGO, 2009, p. 124/125)

O primeiro passo é saber quais os desafios serão enfrentados para assim o Movimento poder atuar no desenvolvimento da consciência, e no caso dos trabalhadores sem terra a formação deve se aproximar ao máximo da realidade desses trabalhadores para que eles entendam e peguem a luta para si.

Se a formação não causa nenhuma reação é porque está sendo mal desenvolvida e desligada da vida e das necessidades. Não descobriu ainda os desafios da organização e não se propôs a resolvê-los. (MST, 2009, p. 126)

As instâncias devem ser sempre vinculadas com a base, pois a formação não é apenas uma estrutura e sim decisões políticas e práticas organizativas atuando concomitantemente. Para que a formação se efetive é imprescindível que se faça uma revolução nas ideias, de forma dialética, já que os desafios não são estáticos. Para isso o MST (2009, p.129), definiu alguns objetivos para a formação:

- a) Ajudar a alcançar os objetivos políticos que o movimento estabelecer
- b) Colaborar no planejamento das atividades para qualificar a prática
- c) Antecipar pela reflexão as consequências e os resultados políticos que queremos alcançar.

d) Elaborar e desenvolver métodos de trabalho que considerem a realidade, os valores e o pensamento socialista.

e) Desenvolver a mística em torno da causa maior pela qual lutamos.

A mística do MST é parte fundamental no processo de formação, sendo um conjunto de subjetividades, ela é o que dá energia para que os trabalhadores continuem na luta. Mas o que é a mística?

A palavra mística é a representação de mistério. Usa-se geralmente a palavra “mistério” para designar coisas inexplicáveis ou coisas indecifráveis, mas neste caso não é. Mistério para a mística é saber a razão porque na luta as coisas extraordinárias acontecem. (MST, 2009, p. 151)

O MST explica a mística através de 3 referências, o sentido religioso, o sentido das ciências políticas e o sentido filosófico juntamente com a valorização cultural. Os camponeses, principalmente, utilizaram muito do sentido religioso na luta pela terra, num misto de rebeldia com crenças religiosas fortalecendo a luta de classes.

Pela via da religião podemos chegar a duas visões da mística: uma que se manifesta nos místicos, aqueles indivíduos que tem por opção a relação cotidiana com a divindade para explicar e solucionar os problemas sociais. É representante terreno deste espírito. Outra forma é a espiritualidade militante. Estes, pela força da fé apegam-se aos problemas sociais e buscam soluções pelas contradições. (MST, 2009, p. 152)

No sentido das ciências políticas, a mística é vista como carisma, que são as habilidades, convicções que mantêm os trabalhadores na luta, e com as diferentes habilidades individuais a luta se completa.

Como a luta de classes é também um lugar de convivência, no sentido filosófico e da valorização cultural, para o MST (2009, p. 153), “Encenar os problemas da vida e imaginar soluções, faz parte da capacidade misteriosa de cada ser humano, onde cada qual demonstra os sentimentos e as habilidades de seu jeito”.

Dessa forma, a mística é uma mistura de devoção, convicção que quando manifestada de forma coletiva, ganha força.

Mística não é um teatro, é atitude! Mantém a energia da juventude, mesmo quando envelhecemos por fora. É como o tempo que ultrapassa as horas e desrespeita a lógica dos ponteiros. Ela é a razão que nos faz ser herdeiros e herdeiras, de sonhos que nunca foram embora. (MST, 2009, p. 156)

Em qualquer atividade, seja em grupo ou em massa é necessário que se defina a função de cada parte, construindo assim uma relação entre os coordenadores e coordenados.

É preciso também desenvolver a consciência para se manter a unidade, não apenas a consciência social, mas principalmente a consciência política na qual são definidas estratégias e táticas para se conseguir transformações mais profundas.

A capacidade de explicar o que estamos fazendo e porque queremos chegar até determinado lugar, já significa que a consciência está adquirindo um novo conteúdo, isto fará com que o indivíduo passe da categoria de massa para a de lutador do povo e sinta que o projeto lhe pertence. (MST, 2009, p.98)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender a relação entre a formação social do Brasil e a luta pela terra é um debate necessário. Visto que a forma como o Brasil foi se constituindo, isto é, as relações de produção que são fruto desse processo, é parte da análise para entender a expropriação da terra.

Essa apropriação, portanto, possibilitou entender que suas peculiaridades são tangenciadas pelo fato do desenvolvimento do capitalismo no país ter vindo de imposições “de fora” num misto de passado e futuro, conformando-o como país de capitalismo dependente.

No bojo das particularidades dessa formação, percebeu-se que a luta pela terra é central para a forma de inserção desse país na divisão internacional do trabalho e na luta de classes em âmbito nacional. O processo histórico ao qual o Brasil passou, portanto, acarreta uma luta pela terra que se reafirma na contemporaneidade, como, por exemplo, na predominância do agronegócio no campo, que impacta diretamente os trabalhadores rurais e também o meio ambiente.

Nesse sentido, apesar da onda de retrocessos que assola o Brasil, o MST, considerado um dos maiores movimentos sociais da América Latina, se constitui como referência, não só no âmbito da luta pela terra e pela reforma agrária, mas também no âmbito da educação para a formação humana.

Isso porque, o Movimento entende que a educação deve ser feita pelos próprios trabalhadores e deve sempre estar articulada a sua luta. Para isso, o MST foi criando ao longo de sua trajetória uma pedagogia própria do movimento, que é uma forma de enfrentamento alternativo à educação que é oferecida pelo sistema capitalista. O Movimento então não só se opõe contra o sistema capitalista vigente, como também, constrói possibilidades de uma nova sociabilidade, baseada na cooperação, na agricultura familiar e na educação emancipatória dos sujeitos.

Pode-se analisar, nesse sentido, que os fundamentos teóricos-metodológicos da práxis educativa do MST visam a educação para a formação humana, para a emancipação, pois acreditam que na construção de outra sociabilidade, faz-se necessário outro molde de educação, expressa, por exemplo, no seu trabalho de base.

Em suma, com todos os apontamentos realizados nesse trabalho, pretendo dar continuidade nos estudos principalmente no que tange aos desafios que são enfrentados na contemporaneidade pelo MST, bem como estudar a proposta de reforma agrária popular do Movimento, que visa a produção de alimentos saudáveis através da agroecologia voltado para a agroindustrialização do campo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Luiz Felipe. **2015 será o ano da formação política no MST e da batalha das ideias.** Disponível em: <http://www.mst.org.br/2015/02/19/para-mst-2015-sera-o-ano-da-formacao-politica.html>. Acesso em 10 out. 2018.

BOGO, Ademar. **Trabalho de Base e Abrangência do Método.** In: Método do trabalho de Base e Organização Popular. Setor de Formação MST. 2009. P. 85-104. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Caderno%20de%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20%20M%C3%A9todo%20de%20trabalho%20de%20base%2015out09.PDF>. Acesso em 01 nov. 2018.

_____. **Método de Planejamento.** In: Método do trabalho de Base e Organização Popular. Setor de Formação MST. 2009. P. 106-112. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Caderno%20de%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20%20M%C3%A9todo%20de%20trabalho%20de%20base%2015out09.PDF>. Acesso em 01 nov. 2018.

_____. **Como fazer uma reunião.** In: Método do trabalho de Base e Organização Popular. Setor de Formação MST. 2009. P. 113-120. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Caderno%20de%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20%20M%C3%A9todo%20de%20trabalho%20de%20base%2015out09.PDF>. Acesso em 01 nov. 2018.

_____. **O papel da formação no trabalho de base.** In: Método do trabalho de Base e Organização Popular. Setor de Formação MST. 2009. P. 121-130. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Caderno%20de%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20%20M%C3%A9todo%20de%20trabalho%20de%20base%2015out09.PDF>. Acesso em 01 nov. 2018.

_____. **A Mística: parte da vida e da luta.** In: Método do trabalho de Base e Organização Popular. Setor de Formação MST. 2009. P. 113-120. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Caderno%20de%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20%20M%C3%A9todo%20de%20trabalho%20de%20base%2015out09.PDF>. Acesso em 01 nov. 2018.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social.** Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10 ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola.** Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes. 2000.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIRARDI, Eduardo Paulo. **Atlas da questão agrária brasileira: uma análise dos problemas agrários através do mapa**. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completos/Eduardo%20Paulon%20Girardi.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

IANNI, Octavio. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2004.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NIGRO, THIAGO. **O que são commodities e qual é a importância**. Disponível em: <http://oprimerico.com.br/renda-variavel-acoes/o-que-sao-commodities-qual-a-importancia>. Acesso em 28 out. 2018.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. 25ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

SILVA, José Graziano da. **O que é Questão Agrária**. Disponível em: <http://araguaia2.ufmt.br/professor/disciplina_arquivo/16/20131211135.pdf>. Acesso em 09 jul. 2018.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Método de trabalho popular. Caderno de Formação nº 24**. Disponível em: <<file:///C:/Users/NACE/Downloads/MST%20%20Caderno%20de%20forma%C3%A7%C3%A3o%20n.%2024.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

MATOS, Maurílio Castro de. **Assessoria, consultoria, auditoria e supervisão técnica**. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/ZK2736DP7w8MI96Qb63f.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da Luta pela Terra e o MST**. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=BibliotLT&PagFis=4971>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

NETO, Francisco Graziano. **Recolocando a questão agrária**. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). Assist. de Pesquisa Douglas Estevam. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

NETTO, J. P; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8 ed. São Paulo: Cortez Editora. 2006.

SERENI, Emilio. **DE MARX A LÊNIN: a categoria de "formação econômico-social"**. Disponível em: <<http://www.revistameridiano.org/n2/17>>. Acesso em: 15 set. 2018.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente**. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.




UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA
Faculdade de Serviço Social



Mariana, 07 de dezembro de 2018

Certifico que o trabalho de conclusão de curso intitulado **FORMAÇÃO POLÍTICA DO MST: uma educação para além do capital** de autoria da(o) estudante **Sálvia Karen dos Santos Elias**, foi aprovado sem recomendações de alteração pela banca examinadora e que estou de acordo com a versão final do trabalho.



Prof.ª Me. Raquel Mota Mascarenhas
Orientador/a